



# CRIMES AMBIENTAIS

*Capítulo 9*



# DESMATAMENTO PODE TORNAR A AMAZÔNIA MAIS QUENTE E SECA

As florestas da Amazônia são fundamentais para a manutenção do clima regional. Mas estudos vêm demonstrando que o atual ritmo de desmatamento e o aumento do efeito estufa podem trazer alterações no clima amazônico. Sem a floresta, as chuvas seriam reduzidas em 20 a 30% e a temperatura média subiria de 3 a 5°C. Mas as autoridades ainda insistem no velho modelo de desenvolvimento com base em grandes projetos e na utilização predatória e não planejada dos recursos da região.

*Paulo Moutinho<sup>1</sup>  
Liana Rodrigues<sup>2</sup>*

O desenvolvimento da Amazônia foi pautado nas últimas décadas pelo investimento em grandes projetos de colonização, mineração e, mais recentemente, de geração de energia (usinas hidrelétricas). Tais obras, invariavelmente, resultaram na ocupação desordenada da paisagem, a um alto custo ambiental. Desde o início da ocupação da região, mais de 60 milhões de hectares de florestas (uma área equivalente ao território francês) deram lugar a pastagens extensivas de baixa produtividade, geradoras de poucos empregos<sup>3</sup>. Mais de 80% desse desmatamento ocorreu nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia<sup>4</sup>. No entanto, tal modelo de desenvolvimento não foi capaz de promover avanços significativos no padrão de distribuição de renda da população. Atualmente, cerca de 43% da população amazônica possui renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e por volta de 1% dos mais ricos da população detém 11% da renda total, enquanto 50% dos mais pobres ficam com apenas 15%.

Esta estratégia de desenvolvimento para Amazônia, contudo, parece ainda ser a escolhida pelos governos locais e pelo Governo

Desde o início da ocupação da região, mais de 60 milhões de hectares de florestas viraram pastagens extensivas de baixa produtividade, geradoras de poucos empregos.

Federal para o futuro da região. Não somente do ponto de vista econômico ou social, mas também sob o prisma ambiental, os planos para o desenvolvimento da região reunidos no Programa Avança Brasil<sup>5</sup> tendem a repetir erros do passado, promovendo grande perda de recursos naturais sem que, ao menos, seus custos ambientais e sociais sejam contabilizados. Entre estes custos estão relacionados ao avanço do desmatamento e suas implicações para o clima regional e global, bem como para as populações da Amazônia<sup>6</sup>. Nesse sentido, discute-se, neste artigo, as interfaces entre floresta, clima regional e demandas sociais originadas da atual política de desenvolvimento para região. Embora não tenha sido a intenção dos autores fazer uma

<sup>1</sup> Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas do IPAM • [moutinho@amazon.com.br](mailto:moutinho@amazon.com.br)

<sup>2</sup> Assistente de pesquisa do Programa Mudanças Climáticas do IPAM • [lrodrigues@amazon.com.br](mailto:lrodrigues@amazon.com.br)

<sup>3</sup> Atualmente, um terço da área coberta por pastagens encontra-se abandonada.

<sup>4</sup> INPE 2000. Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite.

<sup>5</sup> <http://www.abrasil.gov.br/>

<sup>6</sup> Nepstad, D.; Nepstad, D.C.; Capobianco, J.P.; Barros, A.C.; Carvalho, G.; Moutinho, P.; Lopes, U. & Lefebvre, P. *Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia*. Belém: IPAM, 2000, 24p. [www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br)

revisão aprofundada sobre a temática, espera-se que este texto contribua com informações científicas e políticas que possam auxiliar a sociedade amazônica nas discussões sobre as conseqüências socioambientais resultantes das decisões tomadas pelos seus governantes em relação ao desenvolvimento da região.

#### CUSTOS DAS QUEIMADAS PODEM CHEGAR A 9% DO PIB DA REGIÃO

As florestas da Amazônia são fundamentais para a manutenção do clima regional e, em parte, do clima global. Elas são capazes de bombear para atmosfera cerca de 7 trilhões<sup>7</sup> de toneladas de água, via evapotranspiração<sup>8</sup> (Figura 1), fornecendo assim o vapor necessário para manter o clima da região úmido e chuvoso. Além disso, a conversão de água em vapor esfria o ar, fazendo com que as florestas funcionem como verdadeiros condicionadores de ar gigantes. Diversos estudos, contudo, vêm demonstrando que, com o atual ritmo de desmatamento, combinado ao aumento do efeito estufa, o clima amazônico poderá sofrer, no futuro, alterações significativas, tornando-se mais seco e quente. Estima-se que, sem a floresta, as chuvas sofreriam reduções da ordem de 20 a 30%<sup>9</sup> e a temperatura média subiria de 3 a 5°C<sup>10</sup>.

As conseqüências destas mudanças para os ecossistemas e a economia da região não seriam nada animadoras. Um resultado direto desta redução de umidade seria o aumento dos incêndios florestais e das queimadas, os quais seriam potencializados pela ocorrência cada

As florestas da Amazônia são fundamentais para a manutenção do clima regional e, em parte, do clima global. Elas são capazes de bombear para atmosfera cerca de 7 trilhões de toneladas de água.

vez mais freqüente, por conta do aquecimento global<sup>11</sup>, de intensos episódios de El Niño. Este cenário futuro pode ser avaliado olhando-se para o passado. Durante o ano de 1998, quando o El Niño mais intenso do século ocorreu (ver box p. 208), cerca de 30% da floresta amazônica estava sob risco de incêndio (Figura 2). Neste mesmo ano, 13 milhões de hectares de floresta em pé queimaram no estado de Roraima<sup>12</sup> e, sem que os governos e a mídia se dessem conta, outros 25 milhões de hectares de florestas foram atingidos pelo fogo no sul do Pará e norte do Mato Grosso<sup>13</sup>. A maior parte das florestas atingidas pelo fogo em 1998 foi aquela explorada pela indústria madeireira, podendo-se afirmar que os incêndios se deram em função da exploração não planejada. Essa falta de planejamento, geralmente, produz grandes aberturas no dossel da floresta. Por exemplo: uma única árvore de valor comercial, extraída sem os devidos cuidados, pode danificar outras 20<sup>14</sup>. Com o surgimento de clareiras provocadas pela extração, o interior da floresta fica exposto ao sol, perdendo umidade e tornando-se, assim, mais inflamável.

<sup>7</sup> (500.000.000 ha de floresta X (365 X 4 mm de água/dia) X 10 toneladas/mm - que evapora das folhas - por hectare).

<sup>8</sup> Vapor de água oriundo da evaporação e da transpiração das plantas.

<sup>9</sup> Nobre, C.A.; Sellers, P.J. & Shukla, J. 1991. Amazonian deforestation and regional climate change. *J. Climate* 4: 957-988.

<sup>10</sup> Lean, J. & Warrilow, D.A. 1989. Simulation of the regional climatic impact of Amazon deforestation. *Nature* 342: 411-413; Henderson-Sellers, A.; Dickinson, R.E.; Durbidge, T.B.; Kennedy, P.J.; McGuffie, K. & Pitman, A.J. Tropical deforestation: modelling local to regional-scale climate change. *Journal Geophysics Research* 98: 7289-7315, 1993.

<sup>11</sup> Trenberth, K.E. & Hoar, T.J. El Niño and climate change. *Geophysical Research Letters*, 24, 3057-3060, 1997.

<sup>12</sup> Kirchhoff, V.W.J.H. & Escada, P.A.S. *O megaincêndio do século* – 1998. Transtec Editora, 1998.

<sup>13</sup> Diaz, Maria del Carmen Vera; Nepstad, Daniel; Mendonça, Mário Jorge Cardoso; Motta, Ronaldo Seroa da.; Alencar, Ane; Gomes, João Carlos; Ortiz, Ramon Arigoni. *O Prejuízo Oculto do Fogo: Custos Econômicos das Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia*, 2002. www.ipam.org.br

<sup>14</sup> Verissimo, A.; Barreto, P.; Mattos, M.; Tarifa, R. & Uhl, C. Logging impacts and prospects for sustainable forest amangement in an old Amazonian frontier: the case of Paragominas. *Forest Ecology and Management* 55: 169-199, 1992.

Uhl, C. & Vieira, I.C.G. Ecological Impacts of Selective Logging in the Brazilian Amazon: A Case Study from the Paragominas Region of the State of Para. *Biotropica* 21: 98-106, 1989.

Com o El Niño de 1998, os incêndios florestais emitiram para atmosfera cerca de 250 milhões de toneladas de carbono resultantes da queima de 26 milhões de hectares.

Levando-se em consideração que cerca de 10.000 a 15.000 km<sup>2</sup> de florestas são exploradas por ano na Amazônia<sup>15</sup>, a área disponível para ação do fogo no futuro será imensa, assim como serão imensos os prejuízos econômicos. Para se ter uma idéia dos custos econômicos relacionados ao fogo, somente no ano de 1998, quando o El Niño estava atuante, as perdas econômicas sofridas pela produção agropecuária com as queimadas acidentais chegaram à US\$ 67 milhões<sup>16</sup>. Os custos para a saúde no mesmo período também foram relevantes, uma vez que as queimadas e incêndios nas florestas produzem grande quantidade de fumaça, levando milhares de pessoas com problemas respiratórios aos hospitais. Os gastos com o tratamento destas pessoas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) somaram US\$ 11 milhões.

O maior custo econômico associado ao fogo na Amazônia, contudo, é resultado do carbono perdido com os incêndios florestais. Se considerados os preços entre US\$ 3,5/ton e US\$ 20/ton<sup>17</sup> existentes hoje no expoente mercado internacional de carbono, que vem surgindo em função de acordos independentes entre países, e da perspectiva de entrada em vigor do Protocolo de Quioto (ver box p. 211), as perdas podem chegar a 9% do PIB da Amazônia (que é de 55 bilhões de dólares, de acordo com o IBGE). Ou seja, cerca de US\$ 5 bilhões nos anos em que o El Niño está presente.

Todos estes custos associados ao fogo devem ser somados àqueles relacionados à quebra da safra agrícola, à perda de biodiversidade, à redução do nível de água nas hidrelétricas e aos possíveis impactos sobre a população, no sentido de distribuição de renda e queda na geração de empregos.

Os efeitos ambientais podem também extrapolar os limites amazônicos. Do ponto de vista do clima global, os incêndios florestais e as queimadas na Amazônia podem resultar no agravamento do efeito estufa. Um estudo recente do IPAM<sup>18</sup> estimou que, durante o El Niño de 1998, os incêndios florestais emitiram para atmosfera cerca de 250 milhões de toneladas de C resultantes da queima de 26 milhões de hectares. Esse volume é comparável aos 200 milhões de toneladas de C por ano que o desmatamento na região emite para atmosfera. Um clima mais seco e com mais incêndios e queimadas promoveria, portanto, aumentos significativos das emissões de gases que provocam o efeito estufa.

#### POPULAÇÕES DA AMAZÔNIA TÊM DIREITO A UM CLIMA EQUILIBRADO

O fenômeno das mudanças climáticas transcende as preocupações científicas e econômicas, afetando diretamente a tutela dos direitos fundamentais do cidadão em Estados democráticos de direito. Num cenário de alteração climática estaremos nos deparando com diversas violações de direitos fundamentais como o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado (aqui denominado direito a um clima equilibrado) e até mesmo do direito à vida, em sua acepção mais ampla. Tais direitos e garantias fundamentais estão previstos em nossa

<sup>15</sup> Nepstad, D.C.; Verissimo, A.; Moutinho, P.; Nobre, C. Empobrecimento da floresta amazônica pela extração madeireira e pelo fogo: indo além das estimativas de desmatamento. *Ciência Hoje* 27(157): 70-73, 2000.

<sup>16</sup> Del Carmen, 2002. op. cit.

<sup>17</sup> Nordhaus, W.D. To snow or not snow: the economics of greenhouse effects. *Economic Journal*, v. 101, p. 920-937, 1994; 2. Peck, S.C.; Teisburg, T.J. A model for carbon emissions trajectory assessment. *Energy Journal*, v. 13, n. 1, p. 55-77, 1992; Madison, D.J. *The shadow price of greenhouse gases and aerosols*. Norwich: University College London and University of East Anglia, Centre for Social and Economic Research on Global Environment, 1994. mimeo.

<sup>18</sup> Del Carmen. op. cit.

## O QUE É O “EL NIÑO”?

El Niño (menino em espanhol) pode ser definido como o aumento anormal da temperatura na superfície do Oceano Pacífico tropical, na costa oeste da América do Sul (área em vermelho no mapa). Este fenômeno ocorre em intervalos de dois a sete anos e permanece por um período de doze a dezoito meses. No Brasil, os efeitos do El Niño resultam no aumento das chuvas no sudeste do país e de secas intensas no norte e nordeste.

O fenômeno foi particularmente intenso durante o biênio de 1997/1998, quando grandes incêndios ocorreram na Amazônia. Estima-se que, durante este período, cerca de 4 milhões de hectares de florestas amazônicas tenham sido atingidos pelo fogo.

Constituição de 1988<sup>19</sup> e também em diversos tratados internacionais<sup>20</sup> ratificados pelo Estado brasileiro e, portanto, com força de lei no ordenamento jurídico interno.<sup>21</sup>

É com base nesses dispositivos legais que as populações afetadas pelas mudanças climáticas podem se capacitar a fim de buscar a garantia de seus direitos mais elementares.

O direito à vida é o mais fundamental dos direitos. É condição para a existência e o exercício de outros direitos e, portanto, tem sido tratado na esfera internacional como um direito não derogável. Isso quer dizer que este

direito assume tamanha importância que não pode ser negado em nenhuma hipótese. Nem mesmo em situações emergenciais, sejam estas provocadas por eventos naturais (climáticos que poderiam demandar a declaração de um estado de calamidade) ou políticos (por exemplo, a declaração de um estado sítio).<sup>22</sup>

Quando se fala em uma violação do direito à vida em um cenário de mudança climática, não se está prevendo um desaparecimento em massa das populações afetadas da Amazônia – ainda que esta possibilidade exista para os Estados-ilhas do pacífico com o aumento do nível do mar – porque este direito não pode ser interpretado de forma estreita. Em outras palavras, expressão “estar vivo” não pode ser considerada em seu significado restrito. Assim, o direito de “estar vivo” compreende acima de tudo a dignidade da pessoa humana<sup>23</sup>, e dignidade adquire-se com a garantia dos demais direitos fundamentais como o direito à moradia, saúde, alimentação adequada, educação e trabalho. A propósito, o marco histórico para estabelecer que direitos fundamentais são direitos básicos e que, portanto, devem ser universais, indivisíveis e interdependentes foi a Conferência de Viena, realizada em 1993. Naquele momento a comunidade internacional reafirmou os ideais adotados pela Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e incluiu princípios que passaram a ser a base para se discutir a exigência de direitos econômicos, sociais e culturais, e sua relação com os direitos civis e políticos.

Neste contexto, o direito à vida assume um caráter bem mais amplo que deve ser considerado principalmente quando se trata de

<sup>19</sup> A Constituição Federal, artigo 225, dispõe que: “Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

<sup>20</sup> Neste sentido, vide: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, e, Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

<sup>21</sup> A aplicabilidade imediata dos tratados internacionais na legislação interna pressupõe a provação do tratado por meio de decreto legislativo (leia-se pelo Congresso Nacional) e a posterior promulgação do texto através de decreto pelo Presidente da República.

<sup>22</sup> Neste sentido, cf. Steiner & Alston. *International Human Rights in Context: law, politics and morals*. Oxford, 2000, p. 154-156.

<sup>23</sup> A Constituição Federal define que são fundamentos de um Estado Democrático de Direito: a soberania, a cidadania, e dignidade da pessoa humana, dentro outros (art. 1º). Cf. Moraes, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 12ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

situação que envolva direitos sociais e difusos<sup>24</sup> como o direito ao meio ambiente sadio (que, por sua vez, envolve o direito a um clima equilibrado). Isso que dizer que, diante de uma ameaça cientificamente comprovada, não podemos esperar que as conseqüências comecem a ocorrer para depois pensarmos em medidas para remediá-las, ainda mais quando se tem a constatação de que existe um ciclo vicioso, que pode chegar a um estágio irreversível, já demonstrado neste trabalho, provocado pelos incêndios florestais, aliados ao fenômeno de *El Niño* e à exploração madeireira.

Considerando-se os prejuízos à saúde humana provocados pelos incêndios florestais cada vez mais freqüentes, várias implicações nos levam a uma associação destes prejuízos com o direito à vida. O direito à saúde<sup>25</sup>, se considerado além do mero direito à prevenção de uma epidemia ou à cura de uma doença, e sim como uma das garantias inerentes ao cidadão, assume um papel crucial sem o qual não pode haver qualidade de vida e, portanto, dignidade em um Estado Democrático de Direito.

Por fim, importa lembrar que, num cenário de alteração climática, muitas dessas violações que já ocorrem no presente serão substancialmente agravadas se providências imediatas direcionadas à prevenção não forem tomadas pelo poder público em todas as instâncias e pela sociedade civil em geral.

### É POSSÍVEL USAR OS RECURSOS DA REGIÃO DE MANEIRA SUSTENTÁVEL

A garantia de manutenção, a longo prazo, do clima chuvoso da Amazônia passa, necessariamente, por mudanças drásticas no modelo de desenvolvimento atual. Tais

Em um modelo alternativo de desenvolvimento, o governo deve estimular a renovação de fronteiras antigas para manter um clima equilibrado, promover distribuição de renda e crescimento econômico.

mudanças deverão estar baseadas, via de regra, no *reconhecimento de que o clima e o bem estar da população da região dependem da manutenção de grandes extensões de floresta em pé* (embora não necessariamente intactas). Este é o pressuposto básico a ser considerado pelos governos da Amazônia. Ainda, para que tal pressuposto seja respeitado, será preciso também que se leve em conta:

1. Os custos ambientais envolvidos em ações governamentais relacionadas a obras de infraestrutura ou a políticas setoriais de desenvolvimento (energia, por exemplo).
2. A necessidade de se estabelecer e estimular as políticas de uso sustentável de recursos naturais.
3. Que estas políticas sejam direcionadas no sentido de fortalecer a governança local.

Esta última abordagem centra-se no fato de que, além do Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil são efetivos atores do desenvolvimento. Estes exercem a autoridade econômica, política e administrativa para o gerenciamento de um país ou de uma região através das instituições, permitindo aos cidadãos e setores sociais a articulação de seus interesses, o exercício de seus direitos, a mediação de diferenças e o efetivo cumprimento de suas obrigações.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> Para Mazzilli, “difusos são interesses ou direitos transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”. Cf. Mazzilli, Hugo Nigro. *A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo*. São Paulo: Saraiva, 1998.

<sup>25</sup> A CF, art. 193 dispõe que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

<sup>26</sup> Bandeira, P. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Texto para Discussão 630. Brasília: IPEA, fev., 1999.

Neste modelo alternativo de desenvolvimento, o governo, para manter o direito a um clima equilibrado na região, ao mesmo tempo em que promove distribuição de renda e crescimento econômico, deve estimular a renovação de fronteiras antigas através de incentivos para as atividades econômicas promissoras. Ao mesmo tempo, devem ser aplicados mecanismos efetivos de gestão e fiscalização, com a participação dos diferentes setores da sociedade, para reprimir o avanço para novas áreas de fronteira e garantir a conservação em larga escala dos recursos naturais além daquela que já é feita através das unidades de conservação que, atualmente, protegem somente 4% das florestas da região. Este processo conduziria a uma redução na quantidade de terras disponíveis e ao consequente aumento do seu valor de mercado, o que incentivaria a implantação de culturas perenes, o manejo florestal de baixo impacto e outros sistemas mais sustentáveis de produção como o plantio direto<sup>27</sup>, levando a um desenvolvimento socioeconômico das populações locais.<sup>28</sup> Em relação aos investimentos em infra-estrutura básica, estes devem ser integrados a políticas rurais e de desenvolvimento sustentável para a região como forma de se obter um cenário de governança e, portanto, diferente do modelo atual. Desta forma, para garantir os direitos socioambientais do povo amazônico, incluindo o direito a um clima equilibrado, será necessário que a ocupação da região se dê:

1. Através de um zoneamento do uso da terra que restrinja atividades agrícolas em áreas inadequadas para tais atividades (áreas com afloramentos rochosos, topografia acidentada e solos inundáveis).
2. Através da promoção de tecnologias que melhorem a produtividade e a susten-

tabilidade agrícola (tais como a transição para culturas perenes) através da criação de incentivos.

3. Através de políticas para a utilização sustentável de áreas de reserva legal por pequenos produtores (incluindo aí o manejo florestal de baixo impacto).
4. Através da extensão da assistência técnica para produtores familiares e pequenos agricultores.
5. Através de linhas de crédito (incluindo crédito extra por prestação de serviços ambientais, como o ProAmbiente<sup>29</sup> por exemplo).
6. Através de investimentos em estradas secundárias e vicinais de modo a acompanhar as melhorias com pavimentação das rodovias principais, bem como a facilitar a comercialização dos produtos locais e o acesso à saúde, educação e serviços técnicos.

Ainda, será preciso que se tenha um processo de decisão política embasado em consultas públicas prévias capazes de envolver grupos locais, em geral pouco consultados, sejam eles pequenos ou grandes. Finalmente, é fundamental que as instituições ambientais do Estado exerçam efetivo controle e

Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) estão previstos no âmbito do Protocolo de Quioto (Box p. 211) e prevêem que os países industrializados, os quais têm metas de reduções de emissões de gases que promovem o efeito estufa, possam desenvolver projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável de países que estão se desenvolvendo. Estes projetos ajudariam os países industrializados a cumprirem as suas metas de redução.

<sup>27</sup> O plantio direto é uma técnica de preparo do solo baseada em não revolvimento do solo, rotação de culturas, uso de culturas de cobertura para formação de palhada e manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas (Embrapa, 2002).

<sup>28</sup> Carvalho, G.; Moutinho, P.; Nepstad, D.; Mattos, L.; Santilli, M. *An Amazon Perspective on the Forest-Climate Connection: Opportunity for Climate Mitigation, Conservation and Development?* Environment, Development and Sustainability. No prelo.

<sup>29</sup> Programa de desenvolvimento sustentável da produção familiar rural da Amazônia. Este programa está sendo proposto pelas FETAGs, MONAPE e COIAB e conta com apoio técnico do IPAM e FASE e apoio governamental do MMA, MDA, SCA, PPG7, PDA, SPRN.

monitoramento do uso da terra (já há tecnologia para isso, como a empregada no estado do Mato Grosso)<sup>30</sup> e que criem políticas de incentivos às atividades econômicas de vocação florestal como a extração de borracha, castanhas, óleos e exploração madeireira de baixo impacto, como estratégias para reprimir a conversão de florestas para expansão de pastagens.

Uma transição do modelo atual de desenvolvimento estabelecido na Amazônia para outro mais sustentável é perfeitamente possível se houver vontade política, sendo orientada pelo reconhecimento efetivo do princípio básico de “ação e reação” entre ações de desenvolvimento e a natureza. É preciso também lembrar que a Amazônia se encontra em uma situação privilegiada para a promoção do desenvolvimento sustentável. Apesar da enorme área já desmatada, pode-se dizer que a

floresta encontra-se em seus estágios iniciais de exploração (há ainda 80% de área florestada). Isto é, ainda temos tempo para ações em outra direção que não aquela da destruição total. Ao contrário do que ocorre em outras áreas tropicais do planeta e do que ocorreu na região da mata atlântica brasileira, onde o que resta é atuar na preservação do que sobrou, na Amazônia é possível promover o desenvolvimento econômico utilizando os recursos florestais de maneira sustentável.

Para se promover este desenvolvimento será preciso, contudo, uma considerável luta política nos próximos anos e uma participação efetiva da sociedade na cobrança de seus direitos por um ambiente saudável, já que os setores econômicos e políticos comprometidos com o modelo predatório e os interesses de curto prazo, dentro e fora da região, ainda imperam.

#### RÚSSIA AINDA NÃO RATIFICOU PROTOCOLO DE QUIOTO

Protocolo de Quioto, cunhado durante a Conferência das Partes (COP - sendo cada parte um país) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) realizada na cidade de Quioto, no Japão, em 1997. Assinado por 84 países, tem como objetivo alcançar metas específicas de redução de emissões de seis gases que contribuem para o efeito estufa. O Protocolo estabeleceu que os países industrializados (listados no Anexo I do Protocolo) devem reduzir suas emissões totais de gases de efeito estufa entre 2008 e 2012 (primeiro período de comprometimento) a níveis, em média, 5.2% abaixo das emissões registradas em 1990. O Protocolo está preste a entrar em vigor. Basta apenas que um país, a Rússia, o ratifique, o que deverá acontecer durante a COP 2003.

<sup>30</sup> Por este sistema, é exigida dos proprietários de terra, a localização de suas propriedades em uma imagem de satélite (Landsat), antes que seja emitida a licença de queimada ou desmatamento. Tal sistema possibilitaria monitorar a área na propriedade já desmatada pelo proprietário e se este cometeu alguma irregularidade, desmatando além do que foi licenciado.

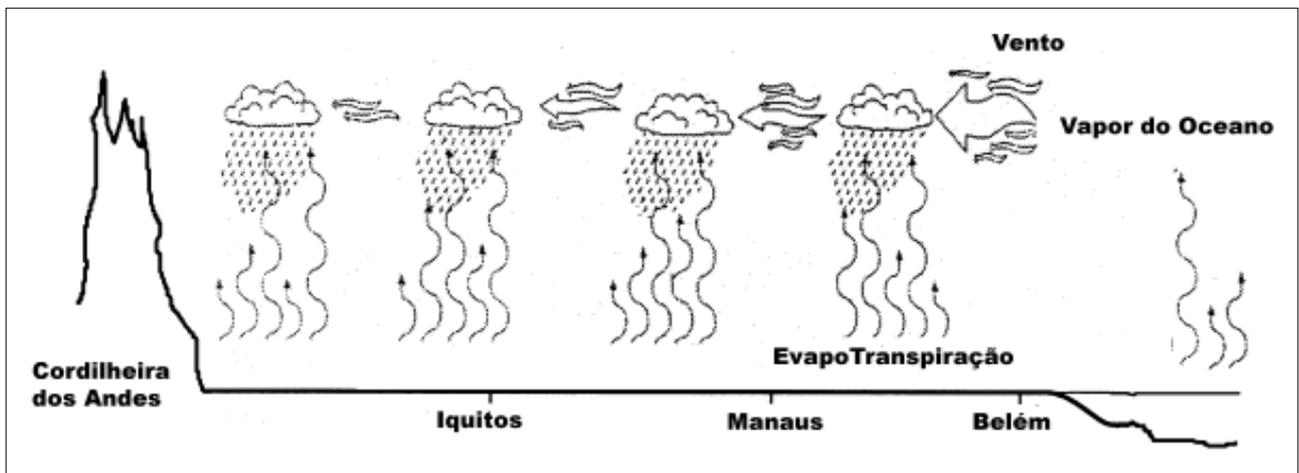


Figura 1. Cerca de 50% do vapor d'água (setas verticais) responsável pelas chuvas na Amazônia é oriundo do oceano. Este vapor é carregado para o interior do continente (setas horizontais) e se precipita em forma de chuva. Contudo, o restante do vapor é produzido dentro da própria Amazônia, como resultado do processo de evapotranspiração das árvores das florestas. Desta forma, metade da chuva que ocorre em regiões a oeste da Amazônia provém do vapor produzido pelas florestas a leste. Com o avanço do desmatamento, este ciclo pode ser rompido provocando reduções nos índices de precipitação. Adaptado de Salati E. 2001. Mudanças climáticas e o ciclo hidrológico na Amazônia. pg. 153-172. in Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF.

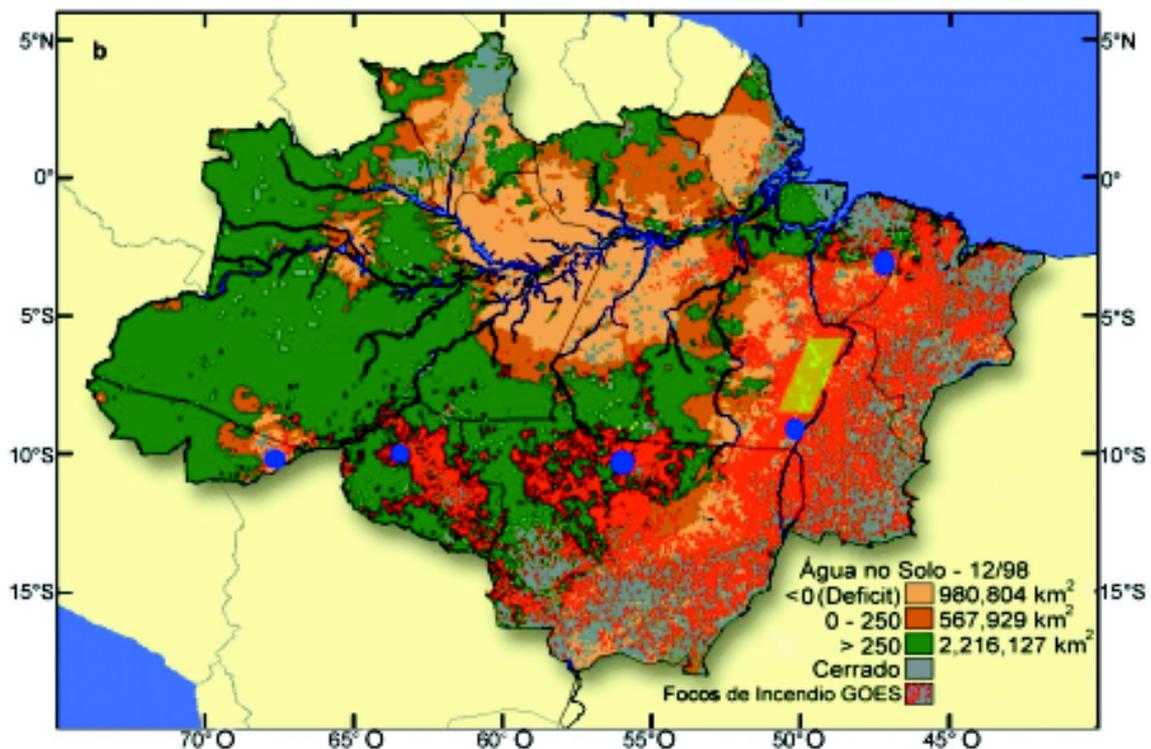


Figura 2. Mapa indicando as áreas de floresta sob elevado risco de incêndio (áreas em laranja e marrom) em dezembro de 1998, ano em que ocorreu o El Niño mais intenso do século. O risco é baseado na quantidade de água estocada no solo até 10 metros de profundidade. Os pontos vermelhos indicam os focos de incêndio em áreas abertas (pastos e campos agrícolas) e que podem servir de pontos de ignição do fogo florestal. Fonte: Nepstad, D. Nepstad, D.C., J.P. Capobianco, A.C. Barros, G. Carvalho, P. Moutinho, U. Lopes & P. Lefebvre (2000). *Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia*. IPAM, Belém, 24p.

# INVASÃO DE MADEIREIROS AMEAÇA A FLORESTA E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DE PORTO DE MOZ

Comunidades se unem contra madeireiros que atuam ilegalmente no Município desde 1970 e solicitam ao IBAMA a criação da Reserva Extrativista Verde Para Sempre. Os grandes empresários, entre os quais figuram vários políticos da região, usam a força e a violência para demonstrar que não estão dispostos a mudar seus métodos devastadores de exploração de madeira.

*Cláudio Wilson Barbosa<sup>1</sup>*

A região compreendida entre a rodovia Transamazônica e os rios Xingu, Tapajós e Amazonas é uma área de aproximadamente oito milhões de hectares, com florestas densas de terra firme, igapós e várzeas. Existem ali 29 núcleos rurais comunitários que compreendem aproximadamente 125 comunidades onde vivem cerca de 15 mil pessoas. No lado leste dessa região situa-se o município Porto de Moz, hoje sinônimo do embate entre a população comunitária e madeireiros que, de forma criminosa e devastadora, atuam na extração de recursos naturais. Com uma taxa formalmente alfabetizada de 67,5% da população, precários serviços sanitários e uma distribuição de renda extremamente desigual, o município tem um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do Pará.

A região é caracterizada pela completa inexistência de títulos legais de propriedade de terra. Fazendeiros e madeireiros se apropriam da floresta sem grandes complicações. Em geral, posseiros que vivem às margens dos rios ou da rodovia Transamazônica são os únicos que têm algum direito de propriedade reconhecido pelo Governo, mesmo quando não dispõem de títulos de posse da terra.

Os madeireiros não enfrentam problemas com as autoridades ambientais, que não dispõem de recursos suficientes para a fiscalização, nem com o município, já que as autoridades locais dos poderes Executivo e

Legislativo também estão envolvidas com a extração e o comércio de madeira. A situação fundiária da região e a ausência do poder público facilitam a grilagem das terras.

A produção madeireira da região cresceu rapidamente. Em 2001, por exemplo, apenas o rio Jaurucu, afluente do Xingu, foi responsável pelo escoamento da produção de cerca de 50 mil metros cúbicos de madeira em tora por mês, durante a época da safra<sup>2</sup>. Com maquinário pesado e produção elevada, as madeireiras aumentaram enormemente os impactos na floresta. Comunitários e pequenos extratores, que inicialmente comercializavam com as empresas, vêm sendo retirados do processo.

As florestas do município de Porto de Moz estão sendo divididas entre grandes empresas madeireiras e fazendeiros que disputam a bala grandes áreas.

Segundo levantamentos realizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz e pelo Comitê de Desenvolvimento Sustentável, as florestas do município de Porto de Moz estão sendo divididas entre grandes empresas madeireiras e fazendeiros que disputam a bala grandes áreas. Como uma das conseqüências disso, no início do mês de abril

<sup>1</sup> Coordenador do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz.

<sup>2</sup> Dossiê *A questão fundiária do município de Porto de Moz*, 2001. Documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz e pela Paróquia São Bráz – Igreja Católica, encaminhado à CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, em 23 de maio de 2001.

de 2002, dois homens foram assinados no rio Jaurucu na disputa entre duas madeiras. As terras apoderadas são de tamanho absurdo, algumas delas chegam a mais de 300 mil hectares, invadindo áreas de comunitários. Nessas grandes áreas griladas moram milhares de famílias, que daqui a poucos anos não terão mais terra nem para sua segurança alimentar. Os comunitários são intimidados verbal e fisicamente, as suas áreas “fiscalizadas” por “funcionários” armados das madeiras.

Fator agravante é a prepotência e o abuso de poder do prefeito do Município, Gerson Saviano Campos (PSDB) e do seu pequeno grupo que aterroriza a população, a fim de defender seus interesses particulares que são muitas vezes criminosos. O prefeito abusa dos recursos e funcionários públicos, ameaça lideranças, causa um clima de terror entre a população e utiliza sua emissora de rádio para difundir suas idéias de progresso, que beneficiam somente a ele próprio. As sete peças judiciais movidos contra o prefeito pelo Ministério Público Federal e por particulares, entre inquéritos e processos, foram arquivadas.

Temendo a perda de suas terras tradicionais e o colapso acelerado da madeira e de outros recursos naturais da região, as lideranças comunitárias criaram um movimento de resistência: o “Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz”, integrado por várias organizações locais. Em 1999, o Comitê e as comunidades rurais organizadas chegaram à conclusão que só uma reserva extrativista iria garantir a preservação da área e manter a integridade das terras usadas pelos habitantes do local. Em 2001, o projeto ganhou um nome: Reserva Extrativista Verde para Sempre e o apoio do governo federal através do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Populações Tradicionais (CNTPT), um departamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

### **MUNICÍPIO FOI OCUPADO NA ÉPOCA ÁUREA DA BORRACHA**

A ocupação das terras da região ocorreu na época da borracha, por volta da década de 1940, com a migração nordestina. As pessoas vinham

### **RESERVA EXTRATIVISTA – UMA ALTERNATIVA PARA AS COMUNIDADES**

As reservas extrativistas (Resex) são áreas protegidas por lei, destinadas à conservação e ao manejo sustentável dos recursos naturais, realizados por populações tradicionais que residem na área. A discussão para criação de Resex está garantida pela Lei 9.985/94, que preconiza a criação de Unidades de Conservação em todo o País como instrumento de consolidação de políticas públicas de proteção ambiental, editadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A responsabilidade pela criação da Resex é do Governo Federal, mas são os comunitários que devem se organizar e solicitar sua criação. A Resex garante às famílias que vivem no local o direito de uso da terra, permitindo que elas continuem vivendo das atividades econômicas que tradicionalmente executam, aliadas à conservação dos recursos naturais.

para a região trabalhar na extração do látex da seringueira. Os moradores locais, além de “tirar a borracha”, extraíam o leite da maçaranduba, pele de animais, castanha-do-Pará, além de pescarem peixe-boi e pirarucu. A madeira era extraída com machado, calango e jangada. Até a década de 70, os grandes patrões foram Zé Julio, a família Silva e José Bolamarque. Estes forneciam mantimentos (sistema de aviamento) e utensílios gerais aos seringueiros que, por sua vez, extraíam os produtos acima mencionados para pagar a conta. Praticamente não sobrava nada. Toda a produção dos seringueiros era destinada a pagar as dívidas com o patrão. Isso gerava uma dupla exploração:

- a) O seringueiro não podia vender o produto a outro proprietário (patrão), pois era constantemente vigiado. Se isso ocorresse, era certo que o seringueiro seria morto pelos capangas do patrão.
- b) As mercadorias e utensílios adquiridos neste sistema tinham seus preços quadruplicados. Isso fazia com que o seringueiro nunca

pagasse sua “dívida” e sempre ficasse nas mãos do patrão. Quem ditava os preços dos mantimentos e utensílios e também do produto extraído pelo seringueiro era o patrão. Quando o seringueiro tirava “saldo”, o patrão pagava, mas logo mandava seus capangas para eliminar a pessoa e trazia o dinheiro de volta. Existem várias histórias que envolviam os nomes do coronel José Julio em Porto de Moz e do senador José Porfírio, em Souzel.

A partir de 1995, com a diminuição da madeira em cidades como Breves e Portel, A região de Porto de Moz passou a ser “O Paraíso da Madeira”.

Embora sendo explorado e subordinado, o seringueiro tinha uma floresta a sua frente. Não havia disputa por outros recursos naturais nem pelo domínio da terra. Isso garantia à população fartura na mesa, ainda que faltassem outros suprimentos. A abundância de peixe, caça e produtos florestais como a bacaba, o patauí e o açaí garantia uma vida farta de alimentos.

Com o declínio da borracha na década de 60, o produto mudou, passou a ser a madeira em tora. A facilidade para se extrair madeira era tão grande que os moradores do rio Juarucu contam que o cedro caía com a folhagem no rio; não eram necessários caminhões ou outros maquinários para extrair a madeira.

Até a década de 70 a madeira era cortada com machado, extraída manualmente da floresta e transportada em jangadas. Não havia exploração comercial em larga escala na região. A partir de 1995, com a diminuição da madeira em grandes centros produtores no estado do Pará, como Breves, Portel, Paragominas e Tailândia, a região de Porto de Moz passou a ser vista como “o paraíso da madeira”, com muitas florestas intactas, de fácil acesso, sem problemas com a fiscalização do IBAMA e nem com o Município, já que as autoridades locais dos poderes executivo e legislativo também estão no negócio de extração de madeira.

## EXPLORAÇÃO DE MADEIRA COMEÇOU EM 1970

Conseguimos identificar, no histórico da produção madeireira de Porto de Moz, quatro ciclos distintos, a saber:

### • Primeiro ciclo (1970 a 1982)

Surgiu nesta época a exploração da madeira em tora, extraída através do sistema calango-jangada. A relação comercial que predominava ainda era baseada em trocas (escambo), embora comecem a surgir alguns pequenos proprietários.

Os compradores de madeiras (patrões), em geral, vendiam mercadorias (alimentos, roupas, armas, munição, combustível, ferramentas etc.) primeiramente aos “enviados”, que por sua vez contratavam os extrativistas (o “tirador” de madeira e os diaristas) para a execução da exploração, caça ou coleta. Os extrativistas compravam as mercadorias do “enviado”, sendo o pagamento feito em madeira cortada ou outros produtos da época.

O modo de vida do “enviado” nunca mudava, porém, ele tinha acesso ao dinheiro, mesmo que por pouco tempo. A estratégia do patrão era fazer com que seus enviados comprassem tudo dele e assim sempre ficavam com dívida “impagável”. Porém, quem era realmente “lesado” era aquele que extraía a madeira – o diarista – que nunca conseguia “ver a cor do dinheiro”. Leia o seguinte depoimento de um diarista: “... *nossa preocupação era a alimentação das crianças, mas isso tinha em grande quantidade, era só ir na mata. Então a gente se preocupava com açúcar, café, óleo, roupas... nós não tinha a ideia de que o que estávamos fazendo no fundo era espantar ou acabar com o futuro de nossos filhos. Hoje para se encontra uma caça é muito difícil*”.

A madeira era tirada na beira do rio, e não se adentrava na mata, porque não era possível, e também existia em grande quantidade na beira do rio. Com o esgotamento dos estoques de madeira das margens dos rios, surgiu a necessidade de adentrar a floresta.

## • Segundo Ciclo: (1982 a 1990)

Nesta etapa surgiram as madeireiras de porte médio, com mais recursos, que permitiam a entrada de máquinas pesadas caminhões, balsas, rebocadores, moto-serras. Chegavam a buscar madeira até 5 km mata adentro.

O sistema de exploração nesse período sofreu mudanças com o surgimento de novos patrões ao lado dos antigos. Os novos patrões passaram a ser aqueles que eram proprietários de caminhões. Muitos dos “enviados” da fase anterior conseguiram comprar caminhões de seus antigos patrões. O pagamento era feito em madeira. Os novos patrões eram os gerenciadores do trabalho, contudo, em alguns casos, eles contratavam um motorista que cuidava de contratar um grupo para explorar a madeira. Em outros casos, eles mesmos eram motoristas e faziam a contratação da equipe. Também houve casos de novos patrões terem dois caminhões e usarem os dois esquemas.

Geralmente, o grupo para exploração era constituído de trinta pessoas, com as seguintes funções: os exploradores “demarcavam” a área e colocavam os “piques”. Outro grupo preparava a estrada para os caminhões. Depois vinham os operadores de moto-serra e a equipe do caminhão, constituída de catraqueiros, motorista, cozinheiro e caçador.

Como os novos patrões entravam nas áreas? Realizavam o contrato de compra de madeira com o posseiro. Somente era considerada área de posse aquela que tivesse no máximo 500 metros de frente para o rio ou igarapé e 2 quilômetros de fundo. Fora disso a área era considerada de posse do patrão, e quem quisesse entrar e extrair madeira deveria pagar para ele. Nem o posseiro tinha direito extrair madeira na área. Somente caças e coletas eram permitidas.

Os extratores de épocas passadas se transformaram em posseiros. Os posseiros também viviam subordinados ao novo modelo de patrão. Raramente o posseiro conseguia receber dinheiro das mãos do patrão. Isso só acontecia quando os valores eram pequenos. Quando era um bom saldo, o madeireiro

As comunidades envolvidas na extração madeira foram deixando de “participar” da atividade, pois as madeireiras perceberam que não precisavam mais dos ribeirinhos para extrair madeira das florestas.

(patrão) sempre inventava a desculpa de que não tinha dinheiro naquele momento e que o saldo deveria, então, ser trocado por mercadorias vendidas por ele mesmo. Sem perspectivas econômicas e sem informações, os comunitários foram coagidos e, muitas vezes, aliciados pelas empresas madeireiras para explorar a floresta e vender diretamente a elas a madeira, ou aos intermediários. Isso quando as madeireiras procuram as comunidades. Na maioria das vezes, elas invadiam o território dos comunitários à força.

## • Terceiro ciclo: (1990 a 1996)

Esse período não apresenta características tão distintas do anterior. Mas já apresenta um processo de disputa pela apropriação dos recursos naturais mais definida e fortemente agressiva ao meio ambiente. Com o esgotamento da madeira de grandes centros abastecedores, como Paragominas, Breves, Tomé-Açu e outros, as madeireiras iniciaram o processo de migração para Porto de Moz. Chegaram com caminhões mais sofisticados, balsas com rebocadores potentes, tratores para abrir estradas.

As comunidades e/ou comunitários envolvidos na extração madeira foram gradativamente deixando de “participar” da atividade, uma vez que as madeireiras perceberam que não precisariam do envolvimento dos ribeirinhos para extrair madeira das florestas. Bastava entrar nas florestas e fazer o que quisessem.

Ocorreu em quase toda região, exceto na pequena comunidade ribeirinha São João do Cupari, que se levantou no ano de 1989 contra dois madeireiros que ousaram invadir a área de uso coletivo. Aqui começa aparecer a

verdadeira face do IBAMA. Na época, uma líder comunitária (Socorro Barbosa) foi fazer a denúncia junto ao órgão em Altamira. Quando retornou, os madeireiros já sabiam que havia sido ela a autora da denúncia. A irmã de um madeireiro aguardava a líder em frente de casa com um revólver calibre 38 para assassiná-la. Após longa resistência, a comunidade São João conseguiu expulsar os madeireiros.

#### • Quarto Ciclo: (1996 a 2003)

Nessa época, está praticamente acabada a extração de madeira nos grandes centros produtores, como Breves, Paragominas e Tailândia.

Os patrões atuais se valem do loteamento da terra e da grilagem. O patrão-caminhoneiro entra no lote do posseiro para fazer estradas e extrair madeira, auto intitulado-se dono do lote do posseiro e não levando em conta os 2 quilômetros de fundo que considerava antes. Faz um acordo com o posseiro para retirar uma determinada espécie de madeira, mas esse acordo não é respeitado se outras espécies de seu interesse forem encontradas. Todas as espécies de interesse na área são extraídas muitas vezes sem o consentimento do posseiro.

Diante disso, o posseiro (frustrado ou com medo) vende para o caminhoneiro ou madeireiro seu lote por um preço geralmente irrisório, ou troca a terra por moto-serra, moto a diesel ou mercadorias. O posseiro passa então a procurar outra área para se instalar ou vai para a cidade. Em certos casos, os posseiros tornam-se peões do madeireiro, podendo até trabalhar fiscalizando a área para outro madeireiro não entrar.

#### GRILAGEM DE TERRAS É A BASE DA EXPLORAÇÃO ILEGAL

A região de Porto de Moz é caracterizada pela inexistência de títulos legais de propriedade de terra. Fazendeiros e madeireiros se apropriam da floresta sem grandes problemas. A divisa socialmente aceita é o “pique” – uma picada aberta na floresta que termina onde começa a posse de um outro

“dono”. A divisa é limpa anualmente ou mantida pela força das armas.

Duas instituições governamentais disputam a legalização das terras – o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terra do Pará (ITERPA). O INCRA considera terras da União (Estado Federal) para fins de colonização uma imensa faixa de 100 km de cada lado da rodovia Transamazônica, e questiona títulos de propriedade concedidos pelo ITERPA ou pelo governo do estado do Pará. A “disputa” pela competência entre órgãos federais e estaduais, tanto na questão fundiária quanto na questão ambiental, imobiliza muitas vezes ações cabíveis.

Em geral, posseiros que vivem na margem dos rios são os únicos que têm direitos legais reconhecidos pelo Governo, mesmo quando não dispõem de títulos de propriedade da terra. Em média, as posses de beira de rio têm 100 hectares – em geral, 500 metros de frente para o rio e dois quilômetros de fundo – e são cadastradas pelo INCRA. Atrás desses 2 km, impera o vale-tudo.

O madeireiro ou intermediário compra madeira de uma área e inclui a compra do lote de terra no recibo de compra e venda, sem que o posseiro perceba ou entenda a transação. Com o recibo de compra e venda e a posse reconhecida, é possível conseguir uma autorização de desmatamento ou de manejo florestal junto ao IBAMA. Este método foi muito comum no passado.

O madeireiro compra terras de posseiros com ou sem cadastro do INCRA, geralmente de 100ha. A finalidade é somente usar a área como porto para embarque de toras e conseguir autorização de exploração do IBAMA. “Grileiros” são contratados para demarcar as terras, além da posse. Com o recibo de compra e venda, o madeireiro consegue tirar a escritura pública da área no cartório de registro de imóveis. De alguma forma, toda a área (posse+ área grilada) passa a ter documentos aptos ao licenciamento de atividades de exploração que são solicitadas ao IBAMA. Contudo, a área passa a ser explorada anualmente e muito além dos 100ha e a madeira comprada pode ser, assim,

“esquentada” na área legalizada. É possível que, neste caso, funcionários do INCRA e IBAMA participem do processo.

Uma posse já estabelecida é adquirida ou arrendada para a abertura de estradas rumo à região a ser explorada. Uma infra-estrutura básica é construída ao longo da estrada aberta pelo madeireiro, para dar a impressão que várias posses existem há algum tempo no local. O próximo passo é apresentar pessoas como detentoras das posses e solicitar uma declaração do ITERPA.

Em muitos casos, a grilagem de terras tem como único objetivo a produção de madeira. Posteriormente, a área é abandonada e pode vir ou não a ser invadida para fins agropecuários, já que existem estradas abertas.

A situação é tão alarmante que, em maio de 2001, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz e a Igreja Católica, através da paróquia local, encaminharam um dossiê à “CPI da Grilagem de Terras na Amazônia”. Contudo, com a proximidade do término dos trabalhos da Comissão, os dados não foram utilizados.

#### COMUNIDADES LOCAIS QUEREM CRIAR RESERVA EXTRATIVISTA

O Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz é representado por quatro entidades executivas do município: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Associação dos Pescadores Artesanais, Associação de Mulheres Campo-Cidade e Colônia de Pescadores de Porto de Moz. Também participam quatro Associações Rurais Comunitárias e a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apóia o movimento. Mas recentemente, o Comitê tem ainda o apoio do Greenpeace, do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) de Altamira, da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), do Fórum Amazônia Oriental (FAOR) e do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (ded).

As comunidades rurais representadas pelo Comitê desejam criar uma Reserva Extrativista (Resex) na região e impedir a

#### RECEITA PARA LEGALIZAR MADEIRA ILEGAL

Existem muitas formas de “legalizar” a madeira retirada ilegalmente da floresta. A prática descrita abaixo é muito comum e consiste em apresentar um plano de manejo com um volume de madeira muito maior a ser explorado na área, a fim de garantir uma boa quantidade de Autorização de Transporte para Produtos Florestais (ATPFs).

**1º passo:** A equipe de inventário mede o diâmetro das árvores na floresta e “estima” os valores de altura – quanto maior este valor, maior será o volume. Árvores que não serão abatidas, porque são ocas, tortas etc. também devem ser contabilizadas para aumentar o volume a ser autorizado. Também é comum aumentar o número de árvores das espécies de interesse. O IBAMA não tem como conferir todas as árvores na vistoria de campo. Por vezes, baseia-se em algumas pequenas parcelas amostrais na floresta para checar os dados do inventário apresentados no plano de manejo. No entanto, este procedimento não tem validade estatística alguma.

**2º passo:** Após a aprovação do plano de manejo, é dada a autorização do volume geométrico de madeira a ser explorado (esse volume considera a árvore como um cubo, com casca, costaneira e oco, quando existir). No entanto, no transporte das toras e na prestação de contas, o madeireiro utiliza o volume Francon (como se a tora fosse um quadrado, excluindo casca e costaneira). O volume Francon será sempre menor que o volume geométrico; portanto o madeireiro terá um ganho de saldo no volume autorizado.

**3º passo:** Com um bom saldo de ATPFs na mão, o madeireiro poderá negociar as Autorizações com outros madeireiros, comprar ou explorar madeira em outras áreas - tudo com o devido respaldo legal no momento da prestação de contas, da averiguação de estoque no pátio ou no ato da venda de seus produtos.

Fonte: Greenpeace, O Mapa da Disputa, 2002.

extração ilegal e predatória de madeira realizada por grandes empresas.

A proposta de criação de uma unidade de conservação destinada ao uso sustentável dos recursos pelas comunidades vem sendo discutida desde 1999, quando foi criado um grupo de trabalho em Porto de Moz. Em abril de 2000, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representando as comunidades, encaminhou ofício (010/2000) solicitando a criação da reserva ao INCRA, IBAMA, ITERPA e Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado do Pará (SECTAM). A SECTAM chegou a enviar seus técnicos para Porto de Moz, mas não deu continuidade aos trabalhos. Por sua vez, o IBAMA, através do Centro Nacional de Desenvolvimento e Populações Tradicionais (CNPT), abriu um processo (02001.007795/01-48) para o estudo de viabilidade de criação da reserva. Em novembro de 2001, foi realizado o primeiro seminário para a criação da Reserva Extrativista no município de Porto de Moz. Considerado um sucesso, o evento contou com a participação de 300 lideranças comunitárias que escolheram um nome para a reserva: **Verde para Sempre**.

Um exemplo que mostra que o caminho apontado pela instituição de uma reserva extrativista é possível é a comunidade São João do Cupari. Lá, existe uma grande reserva de madeira na área comunitária e grande quantidade de peixes que servem de alimento de boa qualidade sem nenhum custo. Isso é fruto de longos anos de organização social e de luta pela conservação do meio ambiente.

De modo semelhante à comunidade de São João, outras nove localidades demarcaram seus territórios conhecidos como áreas comunitárias. São áreas de uso coletivo, onde a população local usa de forma racional os recursos naturais. Um outro exemplo é a comunidade Acay. Ela percebeu a diminuição de peixes no rio e decidiu lutar contra a pesca predatória por geleiros. Os comunitários venceram e hoje há novamente abundância de peixes.

Essas experiências bem sucedidas deram origem à proposta da reserva extrativista *Verde para Sempre*, como uma maneira de conter ou evitar um desastre socioambiental maior e

garantir terra e vida melhor para todos os moradores da margem esquerda do rio Xingu.

Embora o poder político e econômico tenha respondido com violência e difamação à proposta das comunidades, os comunitários estão fazendo um profundo trabalho de sensibilização em todas as comunidades.

Madeireiros, fazendeiros, políticos locais e o poder executivo do estado do Pará são contra a criação da *Resex Verde para Sempre* por diferentes razões.

Comunidades organizadas representam um “perigo” para madeireiros e fazendeiros, que não querem perder as terras griladas e o fácil acesso às florestas. Como muitos prefeitos e vereadores dos municípios da região estão envolvidos com as ilegalidades da exploração de madeira ou são proprietários de madeiras e fazendas, eles mantêm o discurso de que a reserva inviabilizaria o desenvolvimento econômico regional.

São João do Cupari é um exemplo da viabilidade da instituição de uma reserva extrativista e deu origem à proposta da Reserva Verde para Sempre.

No primeiro seminário sobre a criação da Reserva, realizado pelo CNPT, a pressão destes três segmentos contra a proposta foi insuficiente, apesar da presença de alguns madeireiros de peso, como o prefeito de Porto de Moz, Sr. Gérson S. Campos e o Sr. Elias Salame – presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (AIMEX).

Já no segundo seminário, realizado na comunidade Santa Maria do Uruará, no município de Prainha (PA), em fevereiro de 2002, o recado foi mais enfático. As lideranças daquela região, que não estavam tão bem articuladas e em número muito menor, foram impedidas de falar. O CNPT teve documentos rasgados e a reunião foi cancelada. O prefeito da cidade, Sr. Gandor Hage, aliado aos madeireiros, discursou de pé sobre a mesa contra os técnicos do CNPT/IBAMA. Cerca de

600 moradores da área urbana de Prainha e Monte Alegre foram estrategicamente levados para o evento com o intuito de tumultuá-lo.

O Governo do Estado e seus órgãos, SECTAM e ITERPA, são oficialmente contra a criação da Resex, sob diferentes alegações. A SECTAM afirma que o processo deve ser transparente e que o órgão nunca foi chamado para discutir o assunto – fato que não é verdadeiro. Uma sessão especial para discutir a criação de Resex no Estado, realizada em 04 de junho de 2002 na Câmara dos Deputados do Pará, a pedido de César Colares (PSDB) e José Geraldo (PT), foi marcada pela total ausência do Estado, fato lembrado pelos próprios deputados ligados ao governo presentes na reunião.

Por sua vez, o presidente do ITERPA, Sr. Ronaldo Barata, em seu ofício 067/2002-PG, encaminhado ao governador Almir Gabriel, demonstra desconhecer o que é uma Resex e confunde grilagem de terras, ilegalidade e destruição com desenvolvimento, quando afirma “...trata-se de área com ocupação tradicional, atividade madeireira intensa e que, a concretizar-se a designação da área como reserva extrativista, representaria sério impedimento para o desenvolvimento econômico daquela região, na medida em que o conjunto de princípios que embasam o conceito de reserva extrativista contém caráter fortemente restritivo, representando o risco de engessamento para o desenvolvimento daquela região.”

#### GRANDES MADEIREIROS USAM A FORÇA PARA REPRIMIR PROTESTOS

Cansados da inércia do governo federal e estadual e do “modelo de desenvolvimento” defendido pelo Governo do Pará, 600 comunitários bloquearam o Rio Jaurucu, em Porto de Moz, entre os dias 19 e 21 de setembro de 2002, para protestar contra a destruição das florestas e pedir a criação urgente da Reserva Extrativista *Verde para Sempre*, exatamente quatorze anos depois da morte do seringueiro

e ativista ambiental Chico Mendes. Os manifestantes fecharam o rio de 200 metros de largura, a principal via de escoamento de madeira ilegal, com mais de 50 barcos. Somente comunitários e pessoas doentes podiam passar. O Greenpeace, a CPT, o MDTX, a FASE e o FAOR, dentre outras organizações, uniram-se ao protesto para apoiar a luta das comunidades pela proteção da sua terra, freqüentemente invadida por madeireiros.

Em geral, dentro do Município, o clima está envenenado pela violência física e verbal exercida pelas madeireiras e pelo poder público.

Durante o protesto foram detidas duas balsas com 189 toras (786 m<sup>3</sup>) de espécies diversas vindas de exploração ilegal<sup>3</sup>. O comandante Edson André Salviano Campos se apresentou como o responsável pela madeira e o destino, segundo ele, seria a empresa Maturu. O barco “Comandante Campos III” e a balsa “Rainha de Rondônia”, utilizados para o transporte da carga, já haviam sido apreendidos pelo IBAMA um mês antes, com madeira ilegal no rio Maruá, Porto de Moz. Naquela época – agosto – o fiel depositário dos equipamentos e da madeira foi o Sr. Gérson Saviano Campos.

A Indústria de Madeira Maturu Ltda. é de propriedade de Rivaldo Saviano Campos, Francimeire Saviano Campos e Fina Andréia Parafita Campos. Rivaldo S. Campos é vereador em Porto de Moz e Francimeire é advogada. Ambos são irmãos de Gérson Saviano Campos, prefeito da cidade de Porto de Moz e sócio-proprietário da Exportadora Cariny, madeireira com sede na cidade. O prefeito tem uma série de multas por desmatamento, extração e transporte ilegal de toras e é contra a criação da Reserva Extrativista *Verde para Sempre*.

<sup>3</sup> Autos de infração IBAMA n<sup>os</sup> 370009 e 370010 séries D e Termos de apreensão e depósito Ibama n<sup>os</sup> 0232602, 0232603, 0232604 e 0232605 séries C.

Apesar da presença da polícia, a reação dos madeireiros foi violenta. No início da madrugada do dia 20/09, a tripulação de uma das balsas soltou as amarras que a prendiam à margem do rio e começou a avançar rapidamente em direção a seis dos pequenos barcos, com mulheres e crianças que dormiam. Um bote inflável do Greenpeace empurrou a balsa até a margem do rio para que os barcos dos comunitários tivessem tempo de desviar da balsa e impedir uma tragédia. O comandante do barco-empurrador, André Campos, reagiu com violência e três pessoas ficaram feridas.

No dia 21/09, uma repórter da TV Record perdeu suas fitas e, junto com ativistas do Greenpeace e a assessora de imprensa do FAOR, foi agredida no aeroporto da cidade de Porto de Moz por um grupo ligado aos madeireiros locais. O prefeito estava presente e incitava o grupo. No mesmo dia, e quase na mesma hora, o coordenador do Comitê, Sr. Cláudio W. Barbosa, era agredido do outro lado da cidade pelo mesmo grupo. Seu bote e motor foram destruídos e incendiados nas ruas da cidade. Na semana seguinte, no dia 27/09, os comunitários e irmãos Zildo Baleiro e Raimundo Baleiro foram espancados por um grupo de seis homens comandados por Edson André Salviano Campos, irmão do prefeito, em frente à Prefeitura Municipal da cidade.

Em geral, dentro do Município, o clima está envenenado pela violência física e verbal exercida pelas madeireiras e pelo poder público, que somente visa os benefícios destas madeireiras e dos grandes fazendeiros.

O Comitê conta com a simpatia da maioria da população rural e urbana. A Associação do Comércio e os pequenos e médios madeireiros estão simpatizando com o Comitê, pois são afetados econômica e politicamente pela grilagem das terras e pela hegemonia do grupo do prefeito.

Até agora, muito pouco foi feito e, sem propostas concretas, o Governo do Estado do Pará mostra sua face, compactuando com o quadro de ilegalidades e violência da região.

#### COMUNIDADES TÊM DEMANDAS URGENTES

Diante do quadro atual, as comunidades, representadas pelo Comitê, exigem o seguinte:

- Suspensão, pelo governo, das autorizações de exploração madeireira em escala industrial na área da futura reserva.
- Interrupção imediata da compra, por empresas do Brasil e do exterior, de madeira proveniente da região em disputa até que a reserva seja criada.
- Criação urgente, pelo Governo Federal, da reserva extrativista *Verde para Sempre*.
- Apoio governamental à criação de cooperativas de produtores e pequenos extratores e projetos sustentáveis de desenvolvimento comunitário.
- Presença de forças policiais estaduais e federais para evitar conflitos e garantir o fim da violência na região.



# BELO MONTE AMEAÇA DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS

Quatro comunidades indígenas da Volta Grande do Xingu serão diretamente afetadas pelo projeto, que não foi discutido com os moradores índios e não-índios da região. Repete-se, com Belo Monte, a sanha dos Grandes Projetos na Amazônia, nos quais a população local tem sido a última preocupação dos governos.

*Antonio Anaya<sup>1</sup>*

A vida física, social e espiritual indígena está intimamente ligada à terra, aos animais, às plantas, às águas. Os índios, por sua sabedoria, sempre viveram em plena harmonia com a natureza, o que tem garantido a sua sobrevivência, bem como a perpetuação de seus costumes e crenças.

A Constituição Federal de 1988 reconhece que os Povos Indígenas têm direito a conservar e promover seus modos de vida. Garante também alguns meios para isso, como a posse inalienável da terra e a proteção de todos os seus bens (*Art. 231 d 1º 4º e 6º*).

Diante disso, poder-se-ia pensar que os Povos Indígenas, que por 500 anos foram massacrados, finalmente viveriam em paz. Mas o 22 de abril de 2000, na Bahia, mostrou que as leis não bastam para garantir aos índios seus direitos. Enquanto os presidentes do Brasil e de Portugal celebravam com pompa os “500 anos do Brasil”, mais de 3.600 representantes de 140 Povos indígenas de todo o país eram reprimidos violentamente pela polícia federal e estadual nas ruas. Os índios queriam dizer ao Brasil e ao mundo que não tinham nada para celebrar e que desejavam “Outros 500”, diferentes dos vividos até então. Na ocasião, os Povos Indígenas assinaram um documento com propostas e exigências indispensáveis para a construção dos “Outros 500” (ver anexo).

Uma das exigências é a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que vem sendo discutido por lideranças indígenas de todo o

país desde 1991. Projetos já foram encaminhados à Câmara dos Deputados, mas jamais colocados em pauta. Entretanto, em 2001, foi aprovado por uma Câmara Especial o substitutivo do deputado Luciano Pizzato (PFL/PR), frontalmente contrário a todas as propostas das lideranças (ver box p. 233).

Outra reivindicação do documento lavrado na Bahia é a revogação do Decreto 1.775/96 – editado pelo Presidente Fernando Henrique em lugar do Decreto 22/91, do ex-presidente Collor. Tal medida colocou em revisão todas as terras indígenas que já estavam demarcadas, gerando uma situação de extrema instabilidade. De acordo com o Decreto 1.775/96, apenas as terras registradas e reservadas ou dominiais são consideradas realmente demarcadas. Todas as outras ainda estão sujeitas a revisão, podendo ser reduzidas ou não demarcadas, dependendo do entendimento do governo.

De acordo com a CNBB, o decreto abriu a possibilidade de que terceiros particulares façam uso de títulos de posse ou propriedade

De acordo com o Decreto 1.775/96, apenas as terras registradas e reservadas ou dominiais são consideradas realmente demarcadas. Todas as outras ainda estão sujeitas a revisão, podendo ser reduzidas ou não demarcadas.

<sup>1</sup>Membro do CIMI Norte II • cimiblm@amazon.com.br

considerados nulos pela Constituição Federal de 1988. Permite também que estados e municípios se oponham às demarcações.

No Brasil, em apenas nove meses (janeiro a outubro de 1996), 155 áreas ficaram sujeitas a contestações. No Pará, 11 terras indígenas foram contestadas, e um dos principais contestadores foi o Governo Estadual.

Assim, pautados pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, os governos Federal e Estadual têm atingido em cheio as comunidades indígenas, ao estimular a execução dos chamados “Grandes Projetos” (ver quadro p. 232), inclusive facilitando o caminho legal para a pilhagem das suas terras. Os Povos Indígenas identificam os Grandes Projetos, sobretudo as hidrelétricas, como alguns dos grandes males<sup>2</sup> que ferem os seus direitos constitucionais e ameaçam a sua sobrevivência física, espiritual e cultural (ver quadro p. 234).

Os Povos Indígenas identificam os Grandes Projetos, sobretudo as hidrelétricas, como alguns dos grandes males que ferem os seus direitos constitucionais e ameaçam a sua sobrevivência física, espiritual e cultural.

Nesse texto, busca-se verificar o real compromisso dos governos federal e estadual em relação à posição explícita dos povos indígenas contra os grandes projetos, em especial contra as hidrelétricas e hidrovias. Posição baseada nos gravíssimos impactos e mudanças que eles trazem para as comunidades.

Focaremos a análise no polêmico projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no rio Xingu, contextualizando-o no âmbito dos projetos de políticas energéticas do governo. Mediante uma breve análise das conseqüências de outro caso de afronta aos direitos indígenas

(e não só a estes), o da construção da UHE de Tucuruí (PA), veremos de que forma o projeto de implantação de Belo Monte tende a perpetuar problemas já conhecidos, como a migração, a disseminação de doenças e os conflitos em terras indígenas, além de ferir a Constituição, ao infringir os direitos garantidos aos índios.

Abordaremos também as políticas públicas planejadas para ‘resolver o problema energético’ no país (nas quais a Amazônia, em especial o Pará, aparecem como meros fornecedores de energia), além das estratégias dos governos Federal e Estadual para justificar e legitimar grandes projetos como o de Belo Monte. Veremos que o adiamento da votação do Estatuto dos Povos Indígenas e a chamada Crise Energética são alguns desses artificios.

A maioria dos nossos dados e informações foi coletada nas entidades que trabalham diretamente com os, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e organizações indígenas como Associação dos Povos Tupi do Amapá, Pará e Maranhão (AMTAPAMA). Em alguns casos, consultamos os seus centros de documentação, em outros, as suas publicações ou sites na internet. Trabalhamos também com informações de testemunhas diretas (índios). Sem contar a contribuição das equipes do CIMI que trabalham diretamente com os Povos Indígenas no enfrentamento do tema em questão.

Ao longo dos seus 30 anos de vida, o CIMI, entidade ligada à CNBB, sempre esteve ao lado dos Povos Indígenas na luta pelo reconhecimento e concretização dos seus direitos constitucionais (direito à vida, à terra, à saúde, à educação, à cultura). Ao decidir contribuir para o **Observatório da Cidadania** com o presente tema<sup>3</sup>, o CIMI Norte II espera chamar a atenção para o

<sup>2</sup> No ano de 2002, a Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB, teve como título: *Fraternidade e Povos Indígenas* e, como lema: “Por uma terra sem males”.

<sup>3</sup> O tema dá continuidade ao primeiro relatório do CIMI Norte II no Observatório da Cidadania do Pará - 1999: *A questão indígena no Pará*, onde se analisa a demarcação das terras indígenas, algumas invasões e a questão da saúde indígena.

desrespeito com que os Povos Indígenas vêm sendo tratados por seguidos governos, em nome de um desenvolvimento que, na verdade, tem como maiores beneficiadas grandes madeireiras, mineradoras, construtoras e empresas elétricas, que muitas vezes representam grandes grupos estrangeiros, de olho nos recursos da Amazônia.

#### HIDRELÉTRICAS PLANEJADAS ATÉ 2015 ATINGEM COMUNIDADES INDÍGENAS DO PARÁ

As hidroelétricas já inundaram 3,4 milhões de terras produtivas no país e deslocaram mais de um milhão de pessoas. Todo mundo sabe que os impactos incidem diretamente sobre o modelo de vida das populações indígenas e outras minorias vulneráveis.

Entre as principais conseqüências que a expansão do setor elétrico tem trazido a diversas comunidades indígenas, podemos citar:

- a **realocação** de comunidades para outras regiões, muitas vezes acompanhada de rupturas em seus estilos de vida;
- o **alagamento** de grandes parcelas territoriais, incluindo áreas consideradas sagradas;
- a **invasão** das terras indígenas;
- a **diminuição da disponibilidade** da caça e a redução das áreas cultiváveis;
- a **proliferação de doenças**.

Durante o governo Sarney (1985-1990) foi imposto à nação o *Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010*, através da Eletrobrás. Previa para a Amazônia a construção de 76 Usinas Hidrelétricas, com dinheiro vindo do exterior. O Plano não foi debatido no Congresso Nacional e foi profundamente criticado por cientistas e técnicos brasileiros.

No Brasil, já foram construídas mais de duas mil barragens - e o *Plano Eletrobrás 2015* prevê a construção de outras 496. Só na região amazônica, onde se encontram as maiores reservas hídricas do país, o *Plano 2015* prevê a implantação de 121 usinas hidrelétricas. Dessas 121, 85 estão em fase de estudos (Couto, 1996). O problema é que essas áreas coincidem com

No Brasil, já foram construídas mais de duas mil barragens – e o *Plano Eletrobrás 2015* prevê a construção de outras 496. Só na região amazônica, onde se encontram as maiores reservas hídricas do país, o *Plano 2015* prevê a implantação de 121 usinas hidrelétricas.

as áreas habitadas por diversas comunidades indígenas. Direta ou indiretamente, elas serão afetadas. Isso significa estar em uma situação de constante ameaça.

De acordo com os dados da FUNAI, existem 156 áreas geograficamente distribuídas no país que interferem ou interferirão no futuro nas comunidades indígenas por causa da expansão do setor elétrico. Dessas áreas, 65% estão situadas na Região Norte. O Pará ocupa o terceiro lugar, com 21 áreas de interesse.

O quadro a seguir mostra algumas das obras que ameaçam, além da biodiversidade da região, a saúde, a cultura e a sobrevivência dos Povos Indígenas do Pará.

A experiência mostra que os grandes projetos não respeitam os direitos das populações residentes nos locais de implantação. As mudanças e os impactos trazidos por eles desestruturam fisicamente, culturalmente e espiritualmente comunidades inteiras, deixando para trás suas histórias, seus antepassados, seus lugares sagrados etc.

De acordo com os dados da FUNAI, existem 156 áreas geograficamente distribuídas no país que interferem ou interferirão no futuro nas comunidades indígenas por causa da expansão do setor elétrico. Dessas áreas, 65% estão situadas na Região Norte. O Pará ocupa o terceiro lugar, com 21 áreas de interesse.

OBRA	ANDAMENTO DO PROJETO	POVOS AMEAÇADOS
UHE Tucuruí	executada	Gavião, Asurini, Parakanã, Guajajara, Krikati
UHE Cachoeira Porteira	planejada	Xipaia -Kuruiaia, Wapixana, isolados
UHE Chuvisco	planejada	Wai-Wai, Arara, Juruna
UHE Belo Monte (Kararaô)	planejada	Arara, Juruna, Parakanã, Xikrin, Xipaia-Kuruiaia, Kayapó, Araweté
UHE Iriri	planejada	Kayapó, Arara, Xipaia-kuruiaia
UHE Jarina	planejada	Kayapó
Hidrovia Araguaia-Tocantins (Santa Isabel)	planejada	Karajá
Hidrovia do Tapajós	planejada	Munduruku, Apiaká, Kayabi
Hidrovia do Rio Capim	planejada	Amanayé
UHE Complexo do Xingu (Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Belo Monte, no rio Xingu)	planejada	Apiterewa, Arara, Araweté, Bacajá, Xipaia-Curuiaia, Koatinemo
UHE Marabá	executada	Gavião
UHE Apiacás	planejada	Kayabi
UHE Paru Novo (Tumukumaque)	planejada	Apalaí, Wayana

Fonte: CIMI norte II; CEDOC. 2001.

### O MAU EXEMPLO DE TUCURUÍ

A construção da hidrelétrica de Tucuruí é um exemplo triste dessa realidade, e por isso mesmo válido como parâmetro. A inundação de 2.430km<sup>2</sup> para o reservatório atingiu as áreas Asurini, Gavião, Suruí, Parakanã e Xikrin. Também as terras Guajará e Krikati foram afetadas, pela construção das linhas de transmissão (Santos & Nacke, 1988, 1991). Além dos efeitos diretos acarretados pelo alagamento de extensas áreas – como o aumento da densidade de mosquitos (Bulcão, 1994; Couto, 1996; Figueiredo & Ricci, 1989; Tadei, 1994) e a circulação do plasmódio em animais (Arruda, 1985) – a utilização de potentes desfolhantes como o Tordon 101 BR (picloran 2,4 D) e Tordon 155 (picloran 2,4,5T) para a limpeza das áreas de servidão das linhas de transmissão entre Tucuruí e Barcarena<sup>4</sup>,

com fins de controlar o crescimento da vegetação, resultou na morte de animais, contaminação dos cursos de água e episódios de intoxicação exógena aguda (Couto, 1996). Na comunidade indígena dos Gaviões observou-se, na década seguinte, a ocorrência inusitada de dois casos de câncer (uma leucemia e um sarcoma de partes moles) em adultos jovens da área Indígena Mãe-Maria, nas proximidades de linhas de transmissão de alta tensão elétrica (Koifman et al., 1998; Vieira Filho, 1994).

O Relatório final da “CPI de Barragens”, concluída em 1991 em Belém, faz referência ao papel do índio na construção da UHE de Tucuruí:

*“O Genocídio que vem ocorrendo com os ovos indígenas nos últimos 500 anos apenas foi confirmado na política energética brasileira. A Hidrelétrica de Tucuruí não foi exceção: ou os índios eram desconsiderados nos planejamentos ou eram vistos como obstáculos”.*

<sup>4</sup> Cerca de 800km de extensão por 100m de largura.

## IRREGULARIDADES MARCAM A HISTÓRIA DE BELO MONTE

Em 1989, quando tentava aprovar o projeto de construção da Hidrelétrica de Kararaô, a Eletronorte foi derrotada pelo facão da índia Tuíra<sup>5</sup>. Acreditou-se que a idéia de construir uma hidrelétrica no Xingu havia sido abortada. Mas, animada pela crise nacional de energia e o apagão, a empresa voltou novamente à carga, reapresentando o velho projeto, com uma 'roupa' nova.

A condução do processo para a construção da barragem foi feita de forma tendenciosa e parcial, obviamente em favor de interesses alheios às comunidades locais. Vejamos alguns trâmites 'suspeitos':

- Licitação Pública: a **Eletronorte contratou a** Fundação de Pesquisa da Universidade Federal do Pará (**FADESP**), para fazer o Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), **sem licitação pública**. A Eletronorte alega que agiu assim porque a FADESP tinha uma notória competência.
- O Congresso Nacional não foi consultado para que tivessem início os *Estudos de Impacto Ambiental*, contrariando a Constituição.
- O Licenciamento para a realização do EIA-RIMA era competência do IBAMA, e não da SECTAM, já que o rio Xingu é interestadual.

Atualmente, quatro comunidades indígenas - Juruna, Kayapó-Xikrin, Arara e Xipaya habitam a região da Volta Grande no rio Xingu, onde haverá interferência direta do projeto de construção da UHE Belo Monte. A população destas comunidades soma mais de 900 pessoas.

Os impactos do projeto de Belo Monte serão de grande gravidade, não somente por cobrir 400km<sup>2</sup> de floresta nativa como também por acarretar: migração dos peixes; interrupção do transporte fluvial (sendo os rios o único meio de acesso às áreas indígenas Paquiçamba, do povo Juruna; e Potikrõ, do povo Kayapó-

Atualmente, quatro comunidades indígenas – Juruna, Kayapó-Xikrin, Arara e Xipaya habitam a região da Volta Grande no rio Xingu, onde haverá interferência direta do projeto de construção da UHE Belo Monte. A população destas comunidades soma mais de 900 pessoas.

Xikrin); mudança do regime de vazões; mudança na qualidade da água; alteração da composição da fauna aquática; redução da fertilidade natural das várzeas, erosão das margens; afogamento e degradação da biomassa; alterações microclimáticas; retenção e deposição de nutrientes e de material sólido em suspensão na água; destruição da fauna terrestre, interrupção de suas rotas migratórias; alterações na produção pesqueira; proliferação de doenças endêmicas; deslocamento forçado de populações; inundações de sítios arqueológicos; alterações das dinâmicas social, econômica, política e ambiental dos Povos Indígenas da região, entre outros.

Abaixo da barragem, o rio ficará praticamente seco. Os índios utilizam esses rios. Com a seca, os animais mudarão seus hábitos alimentares e isso atinge as populações indígenas que se alimentam da caça. A falta de navegação vai perturbar a vida dessas comunidades. Os índios da Aldeia Paquiçamba ficarão ilhados entre o canal artificial e o rio seco. Será construída uma estrada asfaltada para dar acesso à barragem nos limites da área indígena, deixando a aldeia em situação de constante vulnerabilidade.

Mesmo assim, em maio de 2002, o Procurador Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, recomendou ao Supremo Tribunal Federal a suspensão da liminar contra os estudos de Belo Monte, dando parecer favorável à Eletronorte.

<sup>5</sup> Em uma reunião com diversas comunidades indígenas, na época em que a Eletronorte pretendia construir a UHE de Kararaô, uma índia colocou um facão no rosto do presidente da empresa, protestando contra o projeto.

Abaixo da barragem, o rio ficará praticamente seco. Com a seca, os animais mudarão seus hábitos alimentares e isso atinge as populações indígenas que se alimentam da caça.

Isso mostra que grande parte dos EIA-RIMA tem um objetivo utilitário. O contratado dificilmente apresentará resultados diferentes ou contrários aos esperados pelo contratante. Na verdade, os principais beneficiários do Complexo de Belo Monte são os grandes grupos econômicos do Estado, como a Eletronorte e a Vale do Rio Doce, que já prometeu consumir 50% a mais do que consome hoje de energia.

#### GOVERNO VENDE BELO MONTE COMO A SOLUÇÃO PARA O 'APAGÃO'

O governo do Pará segue à risca as orientações do governo FHC. E este se guia pelas orientações do FMI. Entre essas orientações estão a privatização de empresas públicas e o aumento das exportações. Não há dúvida que a “política do apagão”, foi criada para justificar a construção de várias hidrelétricas no país. Especificamente no Pará, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Os analistas afirmam que ele vai acabar privatizado e que a energia produzida será exclusivamente exportada, já que o Pará não precisaria dela, sendo atualmente o terceiro maior exportador de energia do Brasil.

Mesmo com o embargo da obra, a Eletronorte tem aproveitado o apoio do Governo Federal, do Governo do Estado e de grande parte da Assembléia Legislativa do Pará para pressionar a sociedade civil, fazendo-a engolir Belo Monte. Foi o que aconteceu na última semana de abril de 2002 em Altamira, por ocasião de uma “sessão especial” sobre Belo Monte. Os únicos que puderam falar foram a Eletronorte e os deputados governistas, que tentaram convencer a população de que tudo que não foi feito até agora só acontecerá se for

construída a barragem da usina. A nenhuma liderança popular de Altamira, e nem mesmo ao Bispo da prelazia, foi concedida a palavra (Jornal Liberal, 02.05.2002).

A estratégia faz parte da intensiva propaganda da Eletronorte para minimizar os impactos da obra e destacar que o projeto é a solução para o desenvolvimento do Estado e a salvação energética para o país.

A posição dos deputados governistas em favor da implantação da Hidrelétrica foi confirmada o dia 15 de maio de 2002, quando começou a ser votado o requerimento dos deputados Cezar Colares (PSDB) e Nadir Neves (PL), para que a Assembléia Legislativa manifestasse ao Presidente Fernando Henrique, ao Governador Almir Gabriel e ao presidente da Eletronorte, Antônio Muniz Lopes, o “**seu mais irrestrito apoio à construção da hidrelétrica de Belo Monte**”. O requerimento foi subscrito por quase todos os deputados.

#### MOVIMENTOS DE BASE REAGEM DENUNCIANDO ALICIAMENTO

Preocupados com o andar do processo de construção das barragens, no dia 1º de junho do 2002 os Povos Indígenas Juruna, Xipaya, Curuaya, Kaiapó e Arara realizaram o I Encontro dos Povos Indígenas da Volta Grande do rio Xingu. A seguir, um trecho do documento final do encontro:

*“Nós Povos Indígenas (Juruna, Xipaya, Curuaya, Kaiapó e Arara), reafirmamos a nossa posição contrária à construção do Complexo Hidrelétrico do Belo Monte e repudiamos todas as tentativas do Governo, através da Eletronorte, de aliciamento das comunidades indígenas e ribeirinhas para buscar nosso apoio. Repudiamos também a decisão do Procurador Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, em recomendar ao Supremo Tribunal Federal parecer favorável à Eletronorte ... Consideramos desenvolvimento, o direito de vivermos em nossas terras de acordo com os nossos costumes e tradições, garantindo a dignidade de vida no presente e no futuro a todas as gerações. .... Não vamos ficar só com esse encontro, vamos lutar com todas as nossas*

*forças, e a nossa força é a nossa cultura, para fazer valer os nossos direitos garantidos por lei” (documento final do I Encontro dos Povos da Volta Grande do Xingu).*

Também o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX) tem se manifestado contra Belo Monte, especialmente pela forma autoritária pela se pretende fazer a sociedade civil engolir o projeto. Em carta enviada ao Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, assinada também por entidades como a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI/Regional) e o CIMI, tal posição fica bem clara:

*“(...) A Eletronorte utiliza-se do poder de uma estatal para aliciar prefeitos, fazer propaganda enganosa na grande mídia e nos meios locais. Nosso principal líder, Ademir Federicci, foi assassinado no dia 25 de agosto do ano passado quando denunciava as irregularidades da extinta Sudam na região e levantava um vigoroso movimento contra as barragens no Xingu (...) Diante desses pontos de vista, Sr. Procurador, é preciso ouvir outras vozes que não apenas a tecnocracia da Eletrobrás. Nosso projeto visa aproveitar os recursos da floresta e do Rio Xingu compatibilizando desenvolvimento, crescimento econômico e conservação da base de recursos naturais. Sobre esse projeto queremos discutir com o Governo. Porém, a construção de consensos de tal nível não é possível com a pressa, o autoritarismo e o receituário obrerista (sic) da Eletronorte”.*

## PROJETO ANTI-ÍNDIO

Existem hoje, no estado do Pará, cerca de 20 milhões de hectares de terras indígenas já invadidas ou ameaçadas – seja por invasores,

seja pelo estabelecimento de grandes projetos (CIMI, 2002; FUNAI, 2000). A demora para encontrar soluções e retirar os invasores dessas áreas é um bom termômetro para medir a atuação do governo no exercício de seu dever. Muitas vezes, essa demora pode ser classificada como omissão.

Na verdade, pelos indicadores aqui apresentados, fica evidente um projeto anti-indígena não confessado - seja por omissão de responsabilidades constitucionais em defender os direitos indígenas, seja por favorecimento à implantação de grandes projetos em terras indígenas em benefício de interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais<sup>6</sup>.

Basta lembrar que mais de 50% das terras indígenas no Brasil ainda não foram demarcadas e mais de 80% das demarcadas encontram-se invadidas ou ameaçadas por grandes projetos, como o da Hidrelétrica de Belo Monte.

Reconhece-se, nos países mais desenvolvidos como a França e os EUA, que o tempo das grandes hidrelétricas já acabou. Nos anos setenta do século passado elas eram símbolo de desenvolvimento, mas nos anos oitenta foram duramente criticadas e desacreditadas. Estranhamente, no Brasil, os governos parecem enxergar só a solução das barragens ao problema energético – e, para construí-las, não medem atitudes. Evidentemente que, em paralelo, existe uma corrida de construtoras e empreiteiras aos processos de licitação. É legítimo que nos perguntemos, como cidadãos, a quem interessa promover a construção de barragens hidroelétricas no Brasil? E, como cidadãos preocupados com o destino da Amazônia: por que o Pará deveria prestar-se mais uma vez ao papel de fornecedor irrestrito de recursos, a ponto de apostar em uma obra que vai gerar um imenso impacto socioambiental e que é desnecessária ao Estado e ao país?

<sup>6</sup> A demissão de Glênio da Costa Álvares da presidência da FUNAI, no primeiro semestre de 2002, vem confirmar essa tese. Ele estava atrapalhando os privilégios e os interesses das mineradoras, madeireiras e garimpeiros nas terras indígenas, garantidos pelo atual governo.

## BIBLIOGRAFIA

- Arruda, M. E. Presença de plasmódio *brasilianum* em macacos capturados na área de enchimento do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí, Par". Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, nº 80:367-369. Rio de Janeiro, 1985.
- Bulcão, J. A. P. *Proposta de um Modelo para Avaliação do Impacto dos Empreendimentos Hidroelétricos sobre as Doenças Transmitidas por Vetores com Especial Referência à Malária*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Instituto Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 1994.
- Carta da Comunidade Juruna da área indígena Paquichamba, enviada para Débora Duprat, da 6ª Câmara do Ministério Público Federal.
- CIMI, SEDOC. Belém, PA.
- CIMI-Conselho Indigenista Missionário. *Outros 500, construindo uma nova história*. São Paulo: Ed. Salesiana, 2001.
- Consolini, J.; Luz, E. & Torres, P. B. Flebotomos da área do reservatório da Hidroelétrica de Itaipu, Estado do Paraná, Brasil (Diptera, Psychodidae). *Cadernos de Saúde Pública*, 6:86-89, 1990.
- Couto, R.C.S. *Hidroelétricas e Saúde na Amazônia: um estudo sobre a tendência da malária na área do lago da Hidroelétrica de Tucuruí, Pará*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública/Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 1996.
- Eletrobrás. Centrais Elétricas Brasileiras. Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico, 1991/93. *Fundamentos*, v. 01. Rio de Janeiro, Eletrobrás, 1990.
- Figueiredo, L. C. de & Ricci, C. N. Espécie nova de *Mytilopsis conrad* 1857, do rio Tocantins, Tucuruí, Pará, Brasil (Molusca Bivalvia, Dreissneridae). Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, nº 84 (Sup. 4), p. 27-33, 1989.
- Guimarães, A.E.G.; Mello, R.P.; Lopes, C.M.; Alencar, J. & Gentile, C. Prevalência de anophelinos Diptera: Culicidae no crepúsculo vespertino em áreas da usina hidrelétrica de Itaipu no município de Guaíra, Estado do Paraná, Brasil. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, nº 92, p.745-754. 1997.
- Koifman, S.; Ferraz, I.; Viana, T.S.; Silveira, C.L.F.; Carneiro, M.T.D.; Koifman, R.J.; Sarcinelli, P.; Mattos, R.C.O.C.; Lima, J.S.; Silva, J.O.; Moreira, J.C.; Fernandes, C. & Bulcão, A.C. Cancer cluster among young Indian adults living near power transmission lines in Bom Jesus do Tocantins, Para, Brazil. Rio de Janeiro, *Cadernos de Saúde Pública*, 14 (Sup. 3), p.161-172, 1998.
- Eletronorte. Livro Verde (sobre os efeitos e programas sócio-ambientais Kararaô), 1988.
- Mensageiro. *Revista do CIMI Norte II*. Belém: CIMI.
- Ministério da Saúde. *Atendimento Integral à População Indígena*. Nov. 2000 <http://www.funasa.gov.br/ind/ind00.htm>.
- Mullen, R. P. Xingu, a maior usina hidrelétrica do Brasil e o caso Assurini. In: Mullen, R.P. (org.). *O Cerco Está se Fechando*. Rio de Janeiro: Editora Fase/Editora Vozes; Belém, NAEA/UFPA, p. 114-129,1991.
- Preece, A.W.; Hand, D.J.W.; Clarke, R.N. & Stewart, A. Power frequency electromagnetic fields and health. Where's the evidence. *Physics in Medicine and Biology*, nº 45, p. 139-154, 2000.
- Santos, S.C. & Nacke, A. Povos Indígenas e desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 8, p. 71-84, 1988.
- Santos, S.C. & Nacke, A. In: Mullen, R.P. (org.). *O Cerco Está se Fechando*. Rio de Janeiro, Editora Fase/Editora Vozes; Belém, Núcleo NAEA/UFPA, p.78-88, 1991.
- Tadei, W.P. Proliferação de mosquitos na Hidrelétrica de Tucuruí, Pará. In: *A Questão Energética na Amazônia. Avaliação e Perspectivas Sócio Ambientais. Anais do Seminário Internacional*. Belém, NAEA/UFPA/Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 2-13, 1994.
- Vieira Filho, J.P.B. Malignant tumors among Gavião Indians. Proximity of electromagnetic fields. Rio de Janeiro, *Revista da Associação Médica Brasileira*, 40:137-139, 1994.

## POR QUE O ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS AINDA NÃO FOI VOTADO?

O Estatuto dos Povos Indígenas é um projeto de Lei (lei 2.057/91) que visa substituir a Lei 6.001/1973 e trata sobre a garantia dos direitos dos índios, tal qual prevista na Constituição Federal.

Desde junho de 1991, lideranças indígenas de todo o país têm se reunido e vêm apresentando propostas à Câmara dos Deputados, mas elas nunca entram na pauta para votação. Entretanto, em 2001, a Comissão Especial criada na Câmara para apreciar os projetos de lei sobre um novo Estatuto para os Povos Indígenas aprovou o substitutivo do deputado Luciano Pizzato (PFL/PR).

Na proposta de Pizzatto, a abertura das terras indígenas para mineração ocorre sem critérios rigorosos. A autorização é concedida sem um “motivo especial”, de interesse público, bastando que não exista mais minério a ser explorado em outra área não-indígena. A licença é dada pelo Poder Executivo, mais vulnerável a pressões, e não pelo Congresso Nacional. A pesquisa e a lavra são analisadas e decididas numa única etapa e, o mais grave: **o contrato entre a comunidade indígena e a empresa, é feito antes mesmo do requerimento de concessão de lavra e da audiência pública que deverá avaliar o Relatório de Impacto Ambiental.**

Os índios afirmam que o deputado Pizzato não ouviu de fato as comunidades

indígenas nem incorporou suas propostas, redigindo um projeto de lei que sistematiza todos os interesses do grande capital, nacional e internacional, sobre suas terras, seus rios, suas florestas, seus conhecimentos milenares, sobre as riquezas do solo e do subsolo dos seus territórios.

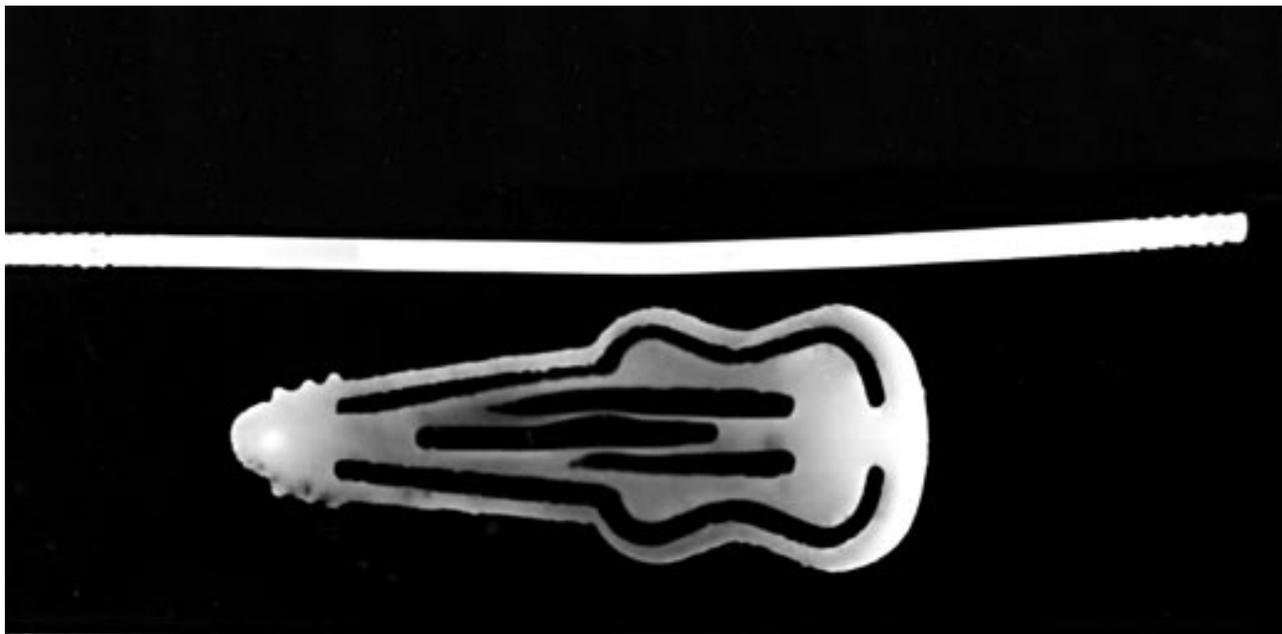
Em abril de 2001, durante a Assembléia Geral dos Povos Indígenas, foi aprovada uma nova proposta de Estatuto dos Povos Indígenas já apresentada à Câmara dos Deputados. Nela, os Povos Indígenas exigem que a utilização dos recursos hídricos e potenciais energéticos seja precedida de consulta e participação das comunidades, da elaboração de estudos antropológicos, da avaliação de impactos ambientais e que se guarde respeito aos territórios sagrados e à memória das comunidades.

Existem, então, duas propostas de Estatuto: uma governamental, que representa o interesse de grandes grupos e já foi apreciada, e outra indígena, que sequer foi mencionada ou incorporada. É evidente, portanto, que a demora na votação do Estatuto e a má vontade em apreciar a proposta das lideranças indígenas está ligada a interesses corporativos, à tentativa de tornar ainda mais vulneráveis os povos e as áreas indígenas, facilitando a ação de invasores e abrindo as portas para a implantação de grandes projetos.

## OS OUTROS 500

*Estas são as mais importantes exigências assentadas no documento final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, em Coroa Vermelha, Bahia, no dia 21 de abril de 2000.*

- Revogação do decreto 1.775/96;
- Garantia e proteção das terras indígenas;
- Ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias indígenas;
- Devolução dos territórios reivindicados pelos diversos povos indígenas do Brasil inteiro;
- Desintrusão (retirada dos invasores) de todas as terras demarcadas, indenização e recuperação das áreas e dos rios degradados;
- Reconhecimento dos povos ressurgidos e seus territórios;
- Proteção contra a invasão os territórios dos povos isolados;
- Desconstituição dos municípios instalados ilegalmente em áreas indígenas;
- Respeito ao direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais contidos nas áreas indígenas, com atenção especial à biopirataria;
- **Paralisação da construção de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, gasodutos em andamento e indenização pelos danos causados pelos projetos já realizados;**
- Apoio à auto-sustentação, com recursos financeiros destinados a projetos agrícolas, entre outros, para as comunidades indígenas;
- Imediata aprovação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho;
- **Aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que tramita no Congresso Nacional, conforme aprovado pelos povos e organizações indígenas (PL 2.057/91);**
- O fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violência e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos respeito às culturas, tradições, línguas e religiões dos diferentes Povos Indígenas do Brasil;
- A punição dos responsáveis pela esterilização criminosas das mulheres indígenas, a critério da comunidade;
- Que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra;
- Reestruturação do órgão Indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações de base quanto à escolha dos secretários;
- Que o presidente da Funai seja eleito pelos povos indígenas com indicação das diferentes regiões do Brasil;
- A educação tem que estar a serviço das lutas indígenas e do fortalecimento das nossas culturas;
- Que seja garantido o acesso dos estudantes indígenas às universidades federais sem o vestibular;
- Reforma, ampliação e construção das escolas indígenas e oferta de ensino em todos os níveis, garantindo-se o magistério indígena e educação de segundo grau profissionalizante;
- Fiscalização da aplicação de verbas destinadas às escolas indígenas, criando um Conselho Indígena;
- A educação escolar indígena e o atendimento à saúde devem ser de responsabilidade federal. Rejeitamos as tentativas de estadualização e municipalização;
- Que a Lei Arouca, que institui um subsistema de atenção à saúde dos Povos Indígenas, seja aplicada;
- Fortalecer e ampliar a participação ativa das comunidades e lideranças nas instâncias decisórias das políticas públicas para os Povos Indígenas, em especial, que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas tenham autonomia nas deliberações;
- O atendimento de saúde deve considerar e respeitar a cultura do povo. A medicina tradicional deve ser valorizada e fortalecida;
- Formação específica e de qualidade para professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam junto às comunidades;
- Que seja elaborada uma política específica para cada grande região do país, com a participação ampla dos povos indígenas e de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos e projetos de vida existentes;
- Fortalecer o impedimento da entrada das polícias Militar e Civil de dentro das áreas indígenas sem autorização das lideranças;
- Exigimos a extinção dos processos judiciais contrários à demarcação das terras tradicionais ocupadas pelos povos indígenas.



EM  
OUTRAS  
LÍNGUAS



EN  
OTRAS  
LENGUAS

IN  
OTHERS  
IDIOMS



Fotograma: Samuel dos Santos

Participante das oficinas de fotografia artesanal, promovidas pelo Projeto Pratinha, coordenado pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) / Amazônia.

# FORTALECIENDO EL TRABAJO EN RED: LA EXPERIENCIA DEL FORUM DE AMAZONAS ORIENTAL (FAOR)

Jan Rogge<sup>1</sup>

Hoy, ONGs, grupos de base, sindicatos, movimientos sociales y los que hablan, en general, en nombre de la “sociedad civil organizada” reconocen la importancia de participar de redes, forums, o articulaciones. ABONG Regional Norte, Forum de Defensa de los Derechos del Niño y del Adolescente, Forum de la Amazonas Oriental, Forum Carajás, Forum de Mujeres de la Amazonas Paraense, Forum contra la Violencia e Impunidad, Grupo de Trabajo Amazónico, Red de la Amazonas Oriental, Red Brasil/Pólo Pará, Forum Permanente de Debates de Amazonas, Coalición por los Pueblos Amazónicos y su Medio Ambiente y varios otros.

Organizaciones complejas como redes o forums son nuevas formas de relacionarse y organizarse, visando una nueva concepción de acción política. Las redes corresponden, como formato de organización e interactivo, a nuevas utopías de la democracia: relaciones de carácter más solidario, más horizontales, más abiertas al pluralismo, a la diversidad y a la complementariedad, en consonancia con una nueva ética política, transnacional, que está en gestación.<sup>2</sup> Esa nueva concepción de acción de la política y de la ciudadanía tiene muchos nombres y tipos de redes temáticas; forums de ONGs y movimientos sociales; asociaciones de ONGs, semejantes a los forums, pero con mayor grado de institucionalización; redes de información y de reflexión; intercambio de experiencias... Y podemos constatar que todas las entidades que contribuyeron para esta

publicación del **Observatorio de la Ciudadanía** participan de una o más redes de alcance regional o nacional, criando o construyendo así, una verdadera tela de araña de informaciones y de intercambio de informaciones.

Las redes, en general, son organizaciones con menor grado de institucionalidad y con una perspectiva más temporaria o pragmática, cuyos eslabones son sus múltiples miembros, entre ellos, principalmente, las ONGs. Se procura aprovechar el efecto multiplicador de un proyecto colectivo para la movilización de recursos, para la acción y presión política, para aumentar el impacto y la credibilidad de posibles denuncias, etc.

*“El trabajo de cada uno en general es visto como privativo, algo que, fuera las evaluaciones a las que las entidades eventualmente, son obligadas a someterse, no se somete a una apreciación colectiva. Vemos que el trabajo en forums supone un cambio de cultura por parte de las ONGs y organizaciones populares y el reconocimiento de que estamos cada uno y todos juntos en búsqueda de soluciones”<sup>3</sup>*

En los últimos diez años hemos vivido una verdadera corrida para ese tipo de organización que, teóricamente, procura juntar las fuerzas y dar más visibilidad a las cuestiones levantadas por un conjunto de actores. Si el número de tales articulaciones puede impresionar, parece también relevante su oscuridad (ellas, a veces, ni son conocidas por sus propios miembros), las pocas informaciones y especificidades disponibles sobre sus características y a falta de conocimiento sobre sus actividades. Si, sobre el

<sup>1</sup> Forum de la Amazonas Oriental, cooperante de Servicio Alemán de Cooperación Técnica y Social (ded) • faor@amazon.com.br • www.fao.org.br • www.dedbrasil.org.br.

<sup>2</sup> Scherer-Warren, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Huittec, 1999, p. 33.

<sup>3</sup> Leroy, J.P. *Fóruns: renovar e ampliar a participação cidadã reflexão proposta a partir da observação do Fórum de Rondônia*. Rio de Janeiro, Fase, 1996.

papel, es posible diferenciar a los Forums/Redes declarados como tal de entidades clasistas o representativas (por ejemplo la COIAB, FETAGRI, ABONG<sup>4</sup>), es mucho más complicado saber cuáles son las organizaciones colectivas que, de hecho, trabajan en red, y lo que eso significa realmente. Eso trae por lo menos dos consecuencias negativas:

1) Las políticas de desarrollo regionales enfrentan dificultades para identificar a sus interlocutores, lo que dificulta los procesos de participación de la sociedad civil promovidos por ellas.

2) La construcción de una identidad amazonense, consecuencia del conjunto de iniciativas dedicadas a la promoción de la ciudadanía en escala regional, se vuelve difícil, y de esa forma cuestiona el objetivo de implantación de un modelo de desarrollo socio-ambiental, alternativo al modelo predatorio hasta entonces característico en esta región.

El Forum de la Amazonas Oriental es una red mixta, plural y horizontal. Por ser un Forum amplio, con entidades miembros en los cuatro estados de Amazonas Oriental, Amapá, Pará, Maranhão y Tocantins él se somete, por la naturaleza de su organización, a la realidad política y a la dinámica de sus entidades y de sus intereses. El FAOR vivió varias fases que queremos delinear aquí brevemente, mostrando las posibilidades y limitaciones de un tipo de organización que va ganando cada vez más importancia dentro de un mundo complejo e inter-relacionado, dominado por un capitalismo cada vez menos industrial y cada vez más “informativo” donde temáticas locales y regionales se asocian necesariamente a las nacionales e internacionales o globales. Sin embargo, este puente entre el global y el local y la comunicación de un dato creciente de información todavía es, para nosotros, un grande reto, pues vivimos en una región donde la pobreza, la falta de oportunidades por una vida más digna y la violencia (sea privada o pública) hacen aparecer, por ejemplo, cuestiones

ambientales como secundarias o el acceso a la internet como un privilegio solamente para algunos.

## HISTÓRICO, EL CAMINO

El Forum de Amazonas Oriental fue fundado el 20 de junio de 1993 durante la I Conferencia de la Sociedad Civil Organizada sobre el Medio Ambiente y Desarrollo: Combate al Hambre y a la Miseria en Amazonas. Estuvieron presentes durante la primera conferencia del FAOR, en Benevides (Pará), 178 participantes de 94 entidades de variadas orígenes (ONGs sociales y ambientales, sindicatos rurales y urbanos, entidades de la Iglesia Católica, asociaciones de comunidades, Universidad, movimientos urbanos y rurales, forums, partidos e instituciones del Poder Público). En esta ocasión fueron electas ocho entidades para formar la coordinación: la Federación de Órganos para la Asistencia Social y Educativa – FASE (Programa Amazonas), la Sociedad de Preservación de Recursos Naturales de Amazonas – SOPREN, Instituto Universidad Popular – UNIPOP, Central Única de los Trabajadores – CUT, Grupo Ecológico del Xingu – GEX, Centro de Estudios y Defensa del Negro de Pará – CEDENPA, Instituto de Divulgación para Amazonas – IDA, Central de Movimientos Populares – CMP.

La fundación del FAOR se debe, indirectamente, a los desdoblamientos de la II Conferencia de la Organización de las Naciones Unidas sobre el medio Ambiente y Desarrollo, llevada a cabo en Río de Janeiro, en 1992, en la cual la sociedad civil organizada de Brasil logró manifestarse en la formulación y monitoramento de políticas públicas. La fundación de un forum para Amazonas Oriental era la consecuencia también de otras articulaciones y eventos, entre los cuales citamos la creación, en 1990, del Forum Brasileño de ONGs y Movimientos Sociales para el Medio Ambiente y el Desarrollo (articulación principal de las ONGs brasileñas durante el Eco 92) y del

<sup>4</sup> Coordinación de las Organizaciones Indígenas de la Región Amazónica, Federación de los Trabajadores Rurales en la Agricultura, Asociación Brasileña de las Organizaciones Non Governamentales.

cual el FAOR hoy ya es miembro; en 1991, la actual fundación de la Asociación Brasileña de ONGs –ABONG; y en 1992, la creación del Grupo de Trabajo Amazonense –GTA.

El FAOR fue concebido como un forum de articulación para democratizar las políticas pública y de una plataforma estratégica de discusión sobre desarrollo y sustentabilidad en Amazonas, tanto en la ciudad como en el campo. Institucionalmente, el FAOR está compuesto por importantes y tradicionales entidades populares de la región que, desde hace décadas luchan por los derechos sociales, preservación ambiental y mejoría de calidad de vida de la población. Los mayores responsables por la articulación del FAOR en la época de su fundación fueron entidades de Belén.

Ante la aprobación del proyecto de apoyo institucional al FAOR en 1995, presentado por Christian Aid a la Comunidad Europea, la entidad tuvo una actuación muy tímida reuniéndose muy poco y solamente para algunos eventos. En este período el principal momento fue un Seminario Internacional sobre Biodiversidade. El apoyo institucional de la Comunidad Europea le permitió al LFAOR mantener un escritorio con un equipo profesional de cuatro personas para concentrarse en algunas líneas de acción como educación ambiental (prioridad en 1996), Agenda 21 local y de Amazonas en parceria con el GTA (prioridad en 1998), y la discusión sobre la re-estructuración del Consejo Estatal del Medio Ambiente COEMA (prioridad en 1999). Fue posible también mantener con regularidad una política de comunicación intra-institucional a través del periódico *Faor em Foco*. Hoy, la pequeña estructura administrativa que cuenta con una secretaría administrativa y, desde 2001, con un cooperante del Servicio Alemán de Cooperación Técnica y Social (DED), es mantenida, principalmente, por contribuciones de la FASE y de la UNIPOP.

En 2000, finalmente, salió el primer **Observatorio de la Ciudadanía Pará**, que dio más visibilidad al proyecto FAOR hasta ahora. El Observatorio de la Ciudadanía es una experiencia piloto de controlar a las políticas públicas a nivel regional. Para publicación 2000, fueron elaboradas 10 relaciones sectoriales y

temáticas sobre indicadores del desarrollo del Estado de Pará y un estudio de evaluación del desempeño parlamentario de los diputados estatales.

Esa iniciativa inédita logró importantes repercusiones en la prensa, propiciando más visibilidad a las entidades participantes en el debate sobre desarrollo.

#### **CULTURA DE TRABAJAR EN RED: ¿QUÉ ES ESO?**

El FAOR dio preferencia, a partir de 2001, a una actuación des-centralizada con responsabilidades colegiadas, valorizando el concepto de *cultura de red*, la reflexión sobre las posibilidades y limitaciones de un proyecto colectivo y el papel de cada uno. Evaluamos que la participación en un proyecto colectivo se tienen garantías de éxito solamente si este hace parte de un plano anual de las entidades participantes, si esa participación trae, además de algunas ganancias, también obligaciones a esas entidades, más aún cuando la participación ocurre dentro de la línea de acción donde la entidad está especializada.

El objetivo del FAOR es interferir en políticas públicas en Amazonas Oriental de forma propositiva – principalmente en las áreas sociales y ambientales – y capacitar sus miembros para el control de ellas, teniendo en vista la construcción de un desarrollo democrático y sustentable y la defensa de los derechos humanos (civiles y políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales). Para alcanzar su objetivo, el FAOR busca fortalecer el concepto y la cultura de trabajar en red. Para consolidar esa cultura es fundamental pensar y ejercer el auto-sustento de la propia red para su continuidad. Este objetivo requiere un cambio en la política de organización y de presupuesto tanto de las entidades como de sus financiadores, que deberían honrar explícitamente la participación en redes.

Las conferencias del FAOR de 1993 (en Benvevides, con 178 participantes de 94 entidades), 1997 (en Belén con 56 participantes de 46 entidades) y 2001 (Imperatriz con 233 participantes de 119 entidades) han sido

conferencias no solamente del propio Forum. Cuentan con un sentido más amplio y con una participación más extensa: Fueron conferencias de la sociedad civil organizada en el ámbito popular. El mejor ejemplo de la dinámica descentralizada que caracteriza la cultura de trabajo en red es exactamente el **Observatorio de la Ciudadanía de Pará**. En este proyecto colectivo, sus participantes empezaron un interesante proceso de capacitación y análisis de control de políticas públicas a nivel local y regional sin depender, de antemano, de recursos de terceros.

Estamos convencidos de la importancia de articulaciones como el FAOR, pues corresponden

a una estrategia de la sociedad civil de fortalecer procesos colectivos para enfrentar una sociedad cada vez más diferenciada y/o fragmentada y un medio ambiente cada vez más violentado.

El FAOR quiere ser, cada vez más, un actor colectivo con condiciones técnicas y políticas para articular ONGs e movimientos sociales, para ayudar a alterar ese modelo de desarrollo devastador y de exclusión instalado en la región amazónica re-direccionándolo para la creación de oportunidades que favorezcan la participación efectiva y la mejoría de la calidad de vida para todos los pueblos de amazonas con preservación ambiental.

# STRENGTHENING THE NETWORK: THE EXPERIENCE OF THE FÓRUM DA AMAZÔNIA ORIENTAL (FAOR)

Jan Rogge<sup>1</sup>

Today's NGOs, base groups, unions, social movements, and all entities speaking in the name of the "organized civil society" recognize the importance of their participation in networks, forums, or any other form of articulation. Consequently, in Amazonia one can find networks and forums for any taste: ABONG North Region, Child and Adolescent Rights Defense Forum, Eastern Amazonian Forum, Carajás Forum, Pará Amazonian Women's Forum, Forum Against Violence and Impunity, Amazonian Working Group, Eastern Amazon Network, Brazil/Pará Center Network, Permanent Forum for Debates on the Amazonia, Coalition for the Amazonian Peoples and their Environment, and many others.

Complex organizations such as networks and forums are new forms of relation and organization targeting at a new conception of political action. Networks, as an organizational and interactive form, correspond to a new democracy utopia: relations reinforcing solidarity, more horizontal and open to diversity, pluralism, and complementarity, according to a newly born transnational policy.<sup>2</sup> This new concept of political citizen action has lots of names and types: Thematic networks; NGOs and social movement forums; NGOs associations, which are similar to forums, with a higher level of institutionalization; information and examination networks; experience interfaces... One may notice that all the contributing

organizations for the publication of the **Citizenship Watch** are members of one or more regional or national network, thus creating and building up a true web of relations and information exchange.

In general, networks are organizations enjoying a lower degree of institutionalization, working on a more pragmatic and temporary framework. Their links are their multiple members and, among them, the NGOs. The multiplying factor of a collective project is shared for obtaining resources, political pressure and action, increasing the impact and credibility of eventual denunciations, etc.

*"In general, individual work is considered private and, except for the required evaluations eventually submitted by the entities, this work is not submitted for a collective appraisal. The work in the forums is seen as an assumption of cultural change on the part of the NGOs and popular organizations, and is recognized as a joint search for solutions."<sup>3</sup>*

During the past ten years, we have seen a true rush for the formation of this type of organization, which, theoretically, is designed to gather forces and disseminate issues that interest a group of actors. If in one hand the number of such articulations is impressive, on the other hand their obscurity also seems relevant (sometimes, they are not even known by their own members), as well as the lack of information and qualification about their characteristics, and lack of knowledge on their

<sup>1</sup> Fórum da Amazônia Oriental (Eastern Amazon Forum), cooperation partner of the Technical and Social Cooperation Service (DED) – faor@amazon.com.br; www.fao.org.br; www.dedbrasil.org.br.

<sup>2</sup> Scherer-Warren, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 33.

<sup>3</sup> Leroy, J.P. *Fóruns: renovar e ampliar a participação cidadã reflexão proposta a partir da observação do Fórum de Rondônia*. Rio de Janeiro: Fase, 1996.

activities. If it is possible – at least on the paper – to differentiate Forums/Networks as such from class representatives (such as Coiab, FETAGRI, or even ABONG<sup>4</sup>), it is much more complicated to know which collective organizations really network and what does this really mean. This has, at least, two negative consequences:

1) Regional development policies find it difficult to identify their discussion partners, making it difficult to start civil society participation processes.

2) It is difficult to construct the Amazonian identity – a consequence of the initiatives promoting citizenship at a regional level – challenging the objectives of the implementation of a social and environmental development model as an alternative to the predatory model imposed until then.

The Eastern Amazonian Forum is a multiple, plural, and horizontal network. It is a broad Forum, with members in the four states of the Eastern Amazon: Amapá, Pará, Maranhão, and Tocantins, and by the nature of its organization, it is submitted to the political context and dynamics of its participating organizations and their interests. FAOR has gone through several phases, which we would like to briefly describe, showing the possibilities and limitations of a type of organization which is becoming more and more important in a complex and interrelated world, dominated by a less industrial and more informational capitalism, where local and regional themes are necessarily associated with national, international and global ones. However, the bridge between global and local, as well as the increased exchange of information still is – for us – a big challenge, since we live in a region where poverty, lack of opportunity to live a more decent life, and violence (both private and public) make environmental issues or grant internet access, for instance, only to a few people look less important.

## THE HISTORY, THE PATH

The Eastern Amazonian Forum was created on June 20, 1993, during the 1<sup>st</sup> Organized Civil Society Conference on Environment and Development: Fighting Hunger and Poverty in Amazonia. During FAOR's first conference, in Benevides (Pará), 178 persons from 94 organizations (social and environmental NGOs, rural and urban unions, Catholic Church representatives, community associations, universities, rural and urban movements, forums, political parties, and public administration institutions) were present. At that time, eight entities were chosen to form the coordination team: Federation of Organizations for Social Assistance and Education – FASE (Amazonia Program), Society for the Preservation of Amazonian Natural Resources – SOPREN; Popular University Institute – UNIPOP; Unified Workers Center – CUT; Ecological Group from Xingu – GEX; Center for the Study and Defense of the Negroes from Pará – CEDENPA; Amazonia Dissemination Institute – IDA; Center of Popular Movements – CMP.

FAOR's creation is an indirect result of the 2<sup>nd</sup> United Nations Conference on Environment and Development, in Rio de Janeiro, 1992, where the Brazilian organized civil society was able to be heard in the creation and monitoring of public policies. The beginning of a Forum for the Eastern Amazonia was a consequence of other articulations and events, such as the creation of the Brazilian Forum of NGOs and Social Movements for the Environment and Development, in 1990 (key articulator during the Earth Summit 92), from which FAOR is a member; the creation of the Brazilian Association of NGOs – ABONG, in 1991; and the creation of the Amazonian Working Group – GTA, in 1992.

FAOR was conceived as an articulation forum for democratization of public policies

---

<sup>4</sup> Coordination of the Indian Organizations of the Amazon Region, Agriculture Workers Federation, Brazilian Association of Non-Governmental Organizations.

and a strategic platform for discussing development and sustainability in Amazonia, both in rural and urban areas. As an institution, FAOR comprises important and traditionally popular organizations in the region, which have been fighting for decades to enhance social rights, environmental preservation, and upgrading life quality for the population. The key actors behind FAOR's articulations at the time of its creation were organizations from Belém.

Before the approval of the institutional project, presented to the European Community by Christian Aid, in 1995, FAOR had a very shy performance, meeting not very often and only during other events. At that time, a key moment was the International Seminary on Biodiversity. The institutional support from the European Community allowed FAOR to have an office with four professionals working on some action lines, such as environmental education (priority in 1996), Local and Amazonian Agenda 21 together with GTA (priority in 1998), and the discussion on the restructuring process for the State Council for the Environment – COEMA (priority in 1999). It was also possible to maintain a regular intra-institutional communication policy, through the bi-monthly paper *Meio* and the weekly newsletter *Faor em Foco*. Today, the small administrative structure has one secretary, and, since 2001, a cooperation partner from the Technical and Social Cooperation Service (DED) and is maintained mainly through contributions from FASE and UNIPOP.

Finally, in 2000, the first issue of the **Observatório da Cidadania do Pará** (Para's Citizenship Watch) was published and put FAOR under the public eyes. The Citizenship Watch is a pilot experience in monitoring public policies at a regional level. For a publication, 10 sector/thematic reports were presented about development indicators for the State of Pará along with a study on the House of Deputies performance of local state deputies. This pioneer initiative enjoyed a wide press coverage, resulting in more visibility for the participant organizations during the debates on development.

## NETWORKING CULTURE: WHAT IS THIS?

From 2001 on, FAOR gave priority to a decentralized action with collegiate responsibilities, enhancing the *networking culture* concept, analyzing possibilities and limitations of a collective project and the role of each member. Participation in a collective project will be successful only if such collective project is included in the annual planning of the participant members, if the participation brings not only benefits, but also obligations for the organizations, and if the participation takes place according to the lines of action in which each organization has its expertise.

FAOR's objectives are intervention on the public policies of Amazonia through proposals – particularly in social and environmental areas – building its members' capacity for monitoring such policies, aiming at the construction of a democratic and sustainable development, and defense of human rights (civil, political, economic, social, cultural and environmental rights). In order to attain such objectives, FAOR tries to reinforce the concept and the culture of networking. This culture will be consolidated by thinking about and exercising the self-sustainability of the network. This requires a change in the organizational policy and budget practices of the member organizations and financial partners, by honoring, in particular, the network participation.

The FAOR conferences in 1993 (in Benevides, with 178 attendants from 94 organizations), in 1997 (in Belém, with 56 attendants from 46 organizations), and in 2001 (in Imperatriz, with 233 attendants from 119 organizations) were not only the Forum's conferences. They had a wider range: they were conferences of the organized civil society in the popular field. The best example of the networking culture is the **Observatório da Cidadania do Pará** (Para's Citizenship Watch). The participants of this collective project have initiated an interesting process of capacity building and monitoring analyses of public policies at local and regional level, without depending on external funding.

We are convinced of the importance of articulations such as FAOR, as they represent civil society's strategy to reinforce collective processes to face a growing fragmentation and/or discrimination of the society in a more and more depleted environment. FAOR wants to be a collective actor, with political and technical expertise, articulating NGOs

and social movements in order to help and change the devastating and segregative development model currently being used in the Amazon region, redirecting it towards the creation of opportunities for effective participation and better life quality for all the Amazonian peoples, with environmental preservation.

## ENTIDADES QUE COMPÕEM O OBSERVATÓRIO

### **AEBA**

#### **Associação dos Empregados do BASA**

A AEBA é uma entidade que congrega o pessoal da ativa do Banco da Amazônia (BASA), com duas finalidades principais: a busca do desenvolvimento regional de acordo com a metodologia DESCA; e a defesa de fortalecimento do BASA e de seus empregados.

[www.aeba.org.br](http://www.aeba.org.br)

### **BANCO DO POVO**

O Banco do Povo de Belém é a única experiência no Brasil que, além de apoiar a economia popular, incentiva empreendedores/as iniciantes e em situação de risco social, além de jovens em busca do primeiro emprego. De final de 1998 até 2002, o Banco do Povo emprestou R\$ 11 milhões, beneficiando 6,5 mil empreendimentos, gerando e/ou mantendo 70 mil empregos diretos e indiretos. Em 2001, recebeu o prêmio Gestão Pública e Cidadania promovido pela Fundação Getúlio Vargas e a Fundação FORD, com o apoio do BNDES.

[verosol@amazon.com.br](mailto:verosol@amazon.com.br)

### **CEDECA/EMAÚS**

#### **Centro de Defesa da Criança e do Adolescente**

O Movimento República de Emaús é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua na promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em Belém do Pará há mais de trinta anos. Busca melhores condições de vida para crianças e adolescentes em situação de risco social; além de sensibilizar a sociedade para a auto-gestão de direitos e participação política nos movimentos organizados; estimular a formação de uma juventude cidadã; produzir estudos e pesquisas na área infanto-juvenil e intervir juridicamente em situações de violação de direitos. O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Emaús (CEDECA/EMAÚS) foi o primeiro centro de defesa criado no Brasil como resposta jurídica e social às violações dos direitos da criança e do adolescente.

[www.emauscrianca.org.br](http://www.emauscrianca.org.br)

### **CEDENPA**

#### **Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará**

Fundada em 1980, o CEDENPA é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo estimular a auto-valorização do povo negro. Atua de forma articulada com instituições religiosas, ONGs e demais movimentos sociais comprometidos com a luta pela conquista e garantia dos direitos humanos e com a efetivação da justiça social para negros e não negros.

[cedenpa@amazon.com.br](mailto:cedenpa@amazon.com.br)

### **CEPEPO**

#### **Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular**

O CEPEPO iniciou suas atividades em 1978, quando um grupo de pessoas se juntou em caráter voluntário para atuar na área de Educação Popular. Os trabalhos desenvolvidos pelo CEPEPO em sua maioria se deram na periferia urbana de Belém, muito voltados às idéias de Paulo Freire. O CEPEPO contribuiu na criação da Comissão dos Bairros de Belém (CBB), entidade federativa que luta em favor dos interesses da maioria da população marginalizada de Belém. Atualmente, a entidade obtém ajuda internacional por intermédio de três agências européias vinculadas à Igreja Católica e duas vinculadas às chamadas áreas ecumênicas, que hoje são responsáveis por 90% de sua sustentação financeira.

### **CIMI**

#### **Conselho Indigenista Missionário**

Ao longo dos seus 30 anos de vida, o CIMI, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sempre esteve ao lado dos Povos Indígenas na luta pelo reconhecimento e concretização dos seus direitos constitucionais: o direito, à vida, à terra, à saúde, à educação, à cultura, entre outros. O CIMI Norte II tem sede em Belém - PA.

[cimiblm@amazon.com.br](mailto:cimiblm@amazon.com.br)

### **COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PORTO DE MOZ**

Em 1995, nasceu o movimento de resistência da cidade, criando o comitê com quatro entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz, Associação dos Pescadores Artesanais, Associação das Mulheres Campo-Cidade e Colônia de Pescadores de Porto de Moz. Nos primeiros anos o Comitê, além de se preocupar com o uso sustentável dos recursos naturais, ajudou na organização das comunidades rurais (hoje são 10 organizações, representando 2.400 associados) e na criação da Rádio Comunitária de Porto de Moz.

### **CUT**

#### **Central Única dos Trabalhadores**

O final da década 70 e o início dos anos 80, no Brasil, foram marcados por um amplo processo de reorganização da sociedade civil. Após anos de ditadura militar, diversos setores sociais passaram a expressar publicamente sua indignação. A fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983, foi fruto desse amplo movimento de questionamento ao autoritarismo e de luta pela democracia e pela cidadania. Vale lembrar que a legalização da entidade

só foi possível a partir da promulgação da Constituição de 1988. No Pará, a CUT existe desde 1984. Seu primeiro presidente foi o trabalhador gráfico Paulo Roberto Galvão da Rocha, atual deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

esnucutpa@interconect.com.br

### **DIEESE**

#### **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos**

A idéia do DIEESE surgiu a partir da mobilidade dos trabalhadores, no ano de 1953, quando vários sindicatos – Metalúrgicos, Têxteis, Gráficos, Vidreiros, Marceneiros e Bancários – criaram o Pacto de Unidade Sindical, após realizarem greves contra a carestia. Assim, em 1955 nasceu o DIEESE. Até então, só existia o índice oficial para servir de parâmetro nas negociações salariais. O DIEESE possui escritórios regionais em quatorze estados do país, além da sede nacional em São Paulo, onde trabalha a maior parte de seus 180 funcionários. No Pará, está presente desde 1985. Cada Escritório Regional é dirigido pelo movimento sindical local, sendo os diretores eleitos em assembléias anuais, quando todos os sócios são chamados a votar.

dieesepa@amazon.com.br

### **FASE**

#### **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional**

A FASE é uma das primeiras ONGs do Brasil. Foi fundada na década de 60, em pleno regime militar. Tem sede no Rio de Janeiro e escritórios em outros sete estados brasileiros. Seu trabalho de formação de lideranças e organização de movimentos sociais é bastante conhecido no âmbito do terceiro setor. Na Amazônia, está presente há três décadas, desenvolvendo ações políticas, educativas e organizativas junto aos movimentos sociais rurais e urbanos locais e favorecendo o desenvolvimento sustentável e democrático da região. É uma das entidades que se destacam na base do FAOR.

www.fase.org.br • fase@fase-pa.org.br

### **GEMPAC**

#### **Grupo das Mulheres Prostitutas do Estado do Pará**

O GEMPAC promove, desde 1987, a auto-organização das Prostitutas no Pará e está baseado nos princípios democráticos e de igualdade entre mulheres e homens, lutando para garantir respeito, reconhecimento e acesso aos mecanismos de cidadania às prostitutas. O grupo desenvolve suas ações através de quatro linhas básicas: Organização Política das Prostitutas, Saúde Preventiva, Combate ao Trabalho Infantil e Geração de Renda. Para tal conta com convênios e projetos junto ao Ministério da Saúde, ICCO e Prefeitura de Belém

gempac@expert.com.br

### **IPAM**

#### **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia**

O IPAM é uma entidade não governamental sem fins lucrativos, criada em maio de 1995. O Instituto une pesquisadores e educadores que compartilham do compromisso de gerar informações científicas e formar recursos humanos que sirvam de base para um futuro ambientalmente mais saudável e socialmente mais justo para a Amazônia.

www.ipam.org.br

### **MOPROM**

#### **Movimento de Promoção da Mulher**

O Movimento de Promoção da Mulher (MOPROM) foi fundado em 1967, inicialmente ligado à igreja católica, e tinha o objetivo de atender mulheres em situação de prostituição. Posteriormente o trabalho tomou uma abrangência maior, incluindo também outras mulheres em situação de risco social. Hoje, o MOPROM conta com duas creches, realiza anualmente o Seminário **INTERTEC**- Intercâmbio Técnico Cultural para a atualização da mulher e tem vários outros projetos voltados para mulheres, adolescentes e crianças.

moprom@supridad.com.br

### **MDTX**

#### **Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu**

O Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) ou Fundação Viver, Produzir e Preservar é uma ONG fundada em 1991 que conta com 113 entidades de 14 municípios da região da Transamazônica, Xingu e Santarém-Cuiabá. Atua na condução, discussão e implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável para consolidação da produção familiar e contenção do desmatamento, além de lutar contra a implantação de grandes projetos como a Hidrelétrica de Belo Monte e entrada da soja na região.

fvpp@amazoncoop.com.br

### **NAEA**

#### **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é um Núcleo de integração da Universidade Federal do Pará, fundado em 1973. Objetiva formar pesquisadores e docentes para as instituições de ensino de nível superior e de pesquisa na região amazônica. Tem uma rica experiência em pós-graduação interdisciplinar, contando com cursos de especialização, mestrado e doutorado.

www.naea.ufpa.br

## **SDDH**

### **Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos**

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos surgiu em 1977, ainda no contexto da Ditadura Militar. Na época, tinha como objetivos a defesa dos atingidos por violência e das vítimas de violação de direitos humanos. À medida em que a conjuntura política do país foi-se modificando, a SDDH também ampliou seus objetivos, que hoje são basicamente três: (a) garantir a participação da sociedade civil nas políticas públicas, (b) garantir a defesa dos direitos humanos em casos de violação ou iminência de violação e (c) participar na formação da cultura dos direitos humanos.  
sddh@nautilus.com.br

## **UNIPOP**

### **Instituto Universidade Popular**

O Unipop é uma ONG de educação popular, de utilidade pública estadual, fundada em 1987 por 15 entidades dos movimentos sociais populares e igrejas. Tem como missão institucional o fortalecimento da identidade político-social e cultural de grupos jovens, movimentos sociais, organizações populares e igrejas atuantes na Amazônia, através de processos formativos, orientados por estratégias políticas, democrático-populares e ecumênicas que fortalecem a cultura de mobilização, organização e participação cidadã.  
unipop@amazon.com.br

## **GRUPO DE REFERÊNCIA NO BRASIL**

## **IBASE**

### **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas é coordenador do Grupo de Referência do Observatório da Cidadania no Brasil, sendo uma entidade pública a serviço da cidadania e da democracia. Participa e apóia iniciativas que tenham com escopo a defesa e a promoção dos direitos humanos, da justiça e do bem-estar social. Desde o ano 2000, o Ibase faz parte do Comitê Organizador do Fórum Social Mundial.  
www.ibase.br

## **INESC**

### **Instituto de Estudos Socioeconômicos**

Criado em 1979, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) é um ator político que atua como intermediário entre o Congresso e a sociedade civil organizada, com o objetivo de contribuir para a construção da democracia. Desenvolve ações relativas à aprovação de leis, pelo Congresso Nacional, que concedam base legal às

políticas públicas. O INESC atua, principalmente, no acompanhamento e interlocução das seguintes temáticas: Criança e Adolescente, Agrária e Agrícola, Índio e Meio Ambiente, Gastos Públicos, Política Internacional.  
www.inesc.org.br

## **PBSD**

### **Projeto Brasil Sustentável e Democrático**

O Projeto Brasil Sustentável e Democrático, que tem o patrocínio institucional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, representa o esforço compartilhado de um grupo de cinco organizações não-governamentais e dois centros universitários que formam a sua coordenação institucional. A gestão do Projeto está a cargo da FASE. Brasil Sustentável e Democrático tem parceria da Fundação Heinrich Böll e da Fundação Ford, participando também de articulações internacionais de discussão que incluem a rede europeia dos "Amigos da Terra" e o Instituto Wuppertal da Alemanha.  
brasilsustentavel.fase.org.br



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais	DATA	Divisão de Atendimento ao Adolescente
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	DCCIM	Delegacia de Crimes Contra a Integridade da Mulher
AEBA	Associação dos Empregados do BASA	DED	Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social
AIMEX	Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará	DESC	Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
AMS	Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária	DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia	DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará	DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
BASA	Banco da Amazônia	ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
CCC	Conta de Compensação de Combustíveis	FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes	FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará	FMI	Fundo Monetário Internacional
CEF	Caixa Econômica Federal	FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
CELPA	Centrais Elétricas do Pará	FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
CEPEPO	Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular	FUNAI	Fundação Nacional do Índio
CES	Conselho Estadual de Saúde	FUNBOSQUE	Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira
CIMI	Conselho Indigenista Missionário	FUNVERDE	Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém
CLT	Consolidação as Leis do Trabalho	FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	GEX	Grupo Ecológico do Xingu
CMP	Central de Movimentos Populares	GEMPAC	Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais	GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém	IBAMA	Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
COHAB	Companhia de Habitação do Pará	IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará	IDA	Instituto de Divulgação para Amazônia
COSEMS	Conselho de Secretários Municipais de Saúde	IML	Instituto Médico Legal
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito	INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CPT	Comissão Pastoral da Terra	INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância	IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
CTI	Centro de Tratamento Intensivo	ITERPA	Instituto de Terras do Pará
CURA	Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada	LACRI	Laboratório de Estudos da Criança
CUT	Central Única dos Trabalhadores		

MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu	RESEX	Reservas Extrativistas
MMA	Ministério do Meio Ambiente	RMB	Região Metropolitana de Belém
MNDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos	SAAEB	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém
MOPROM	Movimento de Promoção da Mulher	SAS/MS	Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde
MP	Ministério Público	SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
OEA	Organização dos Estados Americanos	SECTAM	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho	SEFA	Secretaria Estadual da Fazenda
OMS	Organização Mundial de Saúde	SEGEP	Secretaria Municipal de Coordenação Geral e Planejamento e Gestão
ONG	Organização Não-Governamental	SEGUP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
ONU	Organização das Nações Unidas	SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
PAB	Piso de Atenção Básica	SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura
PBSD	Projeto Brasil Sustentável e Democrático	SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
PEA	População Economicamente Ativa	SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego	SESPA	Secretaria Estadual do de Saúde Pará
PIB	Produto Interno Bruto	SEURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	SIPOT	Sistema de Informação do Potencial Hidrelétrico
PL	Partido Liberal	SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento	SOPREN	Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais da Amazônia
PMB	Prefeitura Municipal de Belém	SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
PMSS	Programa de Modernização do Setor Saneamento	SUS	Sistema Único de Saúde
PRODEEM	Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios	UHE	Usina Hidrelétrica
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda	UNIPOP	Instituto Universidade Popular
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar	UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro	ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico		
PT	Partido dos Trabalhadores		
RENCOR	Reserva Nacional de Compensação de Remuneração		

